



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

ELENY SILVA BARBOSA

**DIREITO À LITERATURA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES E LEITORES
LITERÁRIOS: O CASO DO PET PedPALMAS/UFT**

**Palmas/TO
2024**

ELENY SILVA BARBOSA

**DIREITO À LITERATURA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES E LEITORES
LITERÁRIOS: O CASO DO PET PEDPALMAS/UFT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus Universitário de Palmas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Rosilene Lagares

Linha de Pesquisa: Estado, Sociedade e Práticas Educativas

**Palmas/TO
2024**

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586d Silva Barbosa, Eleny.
DIREITO À LITERATURA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES E
LEITORES LITERÁRIOS: O CASO DO PET PEDPALMAS/UFT. /
Eleny Silva Barbosa. – Palmas, TO, 2024.
105 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do
Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-
Graduação (Mestrado) em Educação, 2024.
Orientadora : Rosilene Lagares

1. Estudo de caso PET PEDPALMAS/UFT. 2. Literatura. 3. Direito
à literatura. 4. Formação de leitores literários. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde
que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha
catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

ATA Nº 155
ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E DEFESA DE
DISSERTAÇÃO

Aos trinta dias do mês de abril de 2024, realizou-se em ambiente virtual, às 10 horas, a defesa de Dissertação de Mestrado de ELENY SILVA BARBOSA, aluna regularmente matriculada no Curso de Pós-graduação em Educação, com o título DIREITO À LITERATURA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES E LEITORES LITERÁRIOS: O CASO DO PET PEDPALMAS/UFT, perante a banca examinadora como segue: Profª. Dra. Rosilene Lagares (orientadora/PPGE/UFT), Profª. Dra. Neila Barbosa Osório (examinadora interna PPGE/UFT) e Profª. Dra. Katia Cristina Custódio Ferreira Brito (examinadora externa PPPGE/UFT). Após a exposição do seu trabalho, a aluna foi arguida pelos componentes da banca com a participação por videoconferência, conforme art. 56-a da resolução nº 13, de 22 de março de 2017 para julgar a Dissertação de Mestrado. Recolhidos os resultados, a presidente retomou os trabalhos públicos da sessão e anunciou o resultado. A aluna foi aprovada, sendo-lhe atribuído o grau de Mestre em Educação desde que cumpridas às exigências descritas pela banca em um prazo de 60 dias. Além das exigências, a aluna deverá entregar quatro exemplares em formato digital em cd-rom com capa, em arquivo único em pdf da versão definitiva da dissertação, assim como a cópia do artigo final e o comprovante de sua submissão para uma revista qualis A ou B da área de educação à coordenação do Programa de Mestrado em Educação. A senhora presidente deu a sessão por encerrada e nada mais havendo a constar, lavrou esta ata que segue assinada.

Documento assinado digitalmente

gov.br ROSILENE LAGARES
Data: 06/08/2024 10:51:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROFA. DRA. ROSILENE LAGARES (PPGE/UFT)
ORIENTADORA E PRESIDENTE DA BANCA

Documento assinado digitalmente

gov.br NEILA BARBOSA OSORIO
Data: 06/08/2024 11:12:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROFA. DRA. NEILA BARBOSA OSÓRIO (PPGE/UFT)
EXAMINADORA INTERNA

Documento assinado digitalmente

gov.br KATIA CRISTINA CUSTODIO FERREIRA BRITO
Data: 21/08/2024 10:25:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROFA. DRA. KATIA CRISTINA CUSTÓDIO FERREIRA BRITO (PPPGE/UFT)
EXAMINADORA EXTERNA

Dedico esta pesquisa à minha orientadora, a professora Dra. Rosilene Lagares, aos petianos e petianas participantes da ação Direito à literatura do programa de extensão PET PEDPALMAS/UFT, que participaram ativamente no desenvolvimento deste trabalho. O êxito na conclusão desta pesquisa não seria o mesmo sem vocês. Gratidão!

“[...] a literatura corresponde a uma
necessidade universal que deve ser satisfeita
sob a pena de mutilar a personalidade, porque
pelo fato de dar forma aos sentimentos e à
visão do mundo ela nos organiza, nos liberta
do caos e portanto nos humaniza.”
(Cândido, 1989, p. 122).

RESUMO

Esta Dissertação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Palmas, Linha de Pesquisa: Estado, Sociedade e Práticas Educativas, aborda a temática da formação inicial e continuada de professores, do direito à literatura e da formação de leitores literários. O foco do estudo é o Projeto Direito à Literatura do Programa de Educação Tutorial do Curso de Pedagogia do Campus de Palmas da UFT (PedPalmas), uma atividade de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvida desde 2021. Tem por objetivo compreender o Projeto Direito à Literatura, uma atividade de ensino, pesquisa e extensão do PET PedPalmas, como estratégia para formação de professores aprendizes na formação de leitores literários nos anos iniciais do ensino fundamental. O estudo apoia-se em aportes teórico-documentais, constituindo uma pesquisa do tipo *bricoleur* ou confeccionador de colchas (Denzin; Lincoln, 2006), atributo do paradigma qualitativo (Chizzotti, 2014). Utiliza-se de estudos que têm relação com a temática do Projeto Direito à Literatura, como formação inicial de professores (Freire, 2011), formação de leitores literários (Cândido, 2011; Todorov, 2009), dentre outros; e, aborda, o próprio Projeto como objeto de investigação (UFT, 2007, 2022). Dessa forma, comunga dos novos delineamentos da formação docente e estudos do letramento literário, para uma formação docente interdisciplinar, de Giroto e Souza (2010), para o ensino de estratégias de leitura, e de Cândido (2011), no que diz respeito ao direito à literatura. Conclui-se que as atividades promovidas pelo projeto de extensão proporcionam aos bolsistas uma visão mais madura em relação à profissão docente. O diálogo estabelecido com profissionais experientes contribui significativamente para o desenvolvimento de uma compreensão ampliada do contexto social, indo além do que a universidade, isoladamente, seria capaz de proporcionar.

Palavras-chave: Formação do Pedagogo. Leitura literária. PET PedPalmas. Extensão universitária. Tripé Ensino, Pesquisa e Extensão.

ABSTRACT

This Dissertation, linked to the Postgraduate Program in Education (PPGE), at the Federal University of Tocantins (UFT), Palmas University Campus, Research Line: State, Society and Educational Practices, addresses the theme of initial and continued training of teachers, the right to literature and the training of literary readers. The focus of the study is the Right to Literature Project of the Tutorial Education Program of the Pedagogy Course at the UFT Palmas Campus (PedPalmas), a teaching, research and extension activity, developed since 2021. It aims to understand the Right to Literature Project Literature, a teaching, research and extension activity by PET PedPalmas, as a strategy for training apprentice teachers in the training of literary readers in the early years of elementary school. The study is based on theoretical-documentary contributions, constituting a research of the bricoleur or quilt maker type (Denzin; Lincoln, 2006), an attribute of the qualitative paradigm (Chizzotti, 2014). It uses studies that are related to the theme of the Right to Literature Project, such as initial teacher training (Freire, 2011), training of literary readers (Cândido, 2011; Todorov, 2009), among others; and addresses the Project itself as an object of investigation (UFT, 2007, 2022). In this way, it shares the new outlines of teacher training and literary literacy studies, for interdisciplinary teacher training, by Giroto and Souza (2010), for teaching reading strategies, and by Cândido (2011), with regard to right to literature. It is concluded that the activities promoted by the extension project provide scholarship holders with a more mature vision regarding the teaching profession. The dialogue established with experienced professionals contributes significantly to the development of a broader understanding of the social context, going beyond what the university, alone, would be capable of providing.

Key-words: Pedagogue Training. Literary reading. PET PedPalmas. University Extension. Tripod Teaching, Research and Extension.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Apresentação da proposta dos minicursos	38
Imagem 2 -	Tirinhas Nana & Nilo para a atividade de leitura dialógica	46
Imagem 3 -	Resultado da interação dos participantes do minicurso na nuvem de palavras	49
Imagem 4 -	Tirinhas para trabalhar com o imaginário infantil sobre heróis negros e negras	49
Imagem 5 -	Encontro virtual do Minicurso 2 - <i>Direito à literatura (ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas): por Antônio Candido e na legislação brasileira</i>	52
Imagem 6 -	Encontro virtual do Minicurso 3 - <i>Formação de leitores literários</i>	57
Imagem 7a -	Encontro virtual do Minicurso 4 - <i>A importância da leitura literária na constituição identitária dos aprendizes</i>	59
Imagem 7b -	Encontro virtual do Minicurso 4 - <i>A importância da leitura literária na constituição identitária dos aprendizes</i>	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Recorte da Organização Curricular do Curso de Pedagogia do <i>Campus</i> de Palmas da UFT	18
Quadro 2 -	Resumo da proposta do Minicurso 1	41
Quadro 3 -	Atividades para a execução do minicurso - <i>dimensão social</i>	47
Quadro 4 -	Atividades para a execução do minicurso - <i>dimensão verbo-visual</i>	48
Quadro 5 -	Resumo da proposta do Minicurso 2 <i>Direito à literatura (ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas): por Antônio Candido e na legislação brasileira</i>	53
Quadro 6 -	Resumo da proposta do Minicurso 3 <i>Formação de leitores literários</i>	57
Quadro 7 -	Resumo da proposta do Minicurso 4 <i>A importância da leitura literária na constituição identitária dos aprendizes</i>	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Níveis e modalidade de ensino, ministrados na escola 2021	31
Tabela 2 - Quadro de servidores da Escola Municipal Odete de Carvalho dos Santos	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Base Nacional Comum Curricular

Conferência Nacional de Educação

Língua Portuguesa

Organização Mundial do Comércio

Projeto Direito à Literatura

Parâmetros Curriculares Nacionais

Programa de Educação Tutorial

Repositório Institucional da UFT

Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 DIREITO À LITERATURA NO BRASIL	20
2.1 Por um direito de se constituir leitor literário em contexto escolar.....	25
3 A PESQUISA, O PERCURSO METODOLÓGICO, O PROFESSOR APRENDIZ E O PROFESSOR PARTICIPANTE.....	27
3.1 Procedimentos Metodológicos	34
4 A ROTA DIDÁTICA: UMA ANÁLISE DOS MINICURSOS DO PROJETO DIREITO À LITERATURA DO PET PedPalmas.....	37
4.1 Minicurso 1 - A importância da Literatura negra infantil	40
4.1.1 Acionando a dimensão social	46
4.1.2 Acionando a dimensão verbo-visual.....	47
4.2 Minicurso 2 - Direito à literatura (ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas): por Antônio Candido e na legislação brasileira	52
4.3 Minicurso 3 - Formação de leitores literários.....	56
4.4 Minicurso 4 - A importância da leitura literária na constituição identitária dos aprendizes	59
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICES	72
Apêndice I - Slides do minicurso 1	72
Apêndice II - Slides do minicurso 2	85
Apêndice III - Slides do minicurso 3	93
Apêndice IV- Slides do minicurso 4	97

1 INTRODUÇÃO

Esta Dissertação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Palmas, Linha de Pesquisa: Estado, Sociedade e Práticas Educativas, aborda a temática da formação inicial e continuada de professores, do direito à literatura e da formação de leitores literários.

Versa sobre a formação do pedagogo e sua atuação no trabalho com a literatura nos anos iniciais do ensino fundamental, pensando essa formação indissociável à formação do homem e de sua emancipação como indivíduo social.

A formação inicial, em uma perspectiva social, supera o estágio de iniciativas individuais para aperfeiçoamento próprio ou necessidade pessoal, pois se insere como um direito dos professores, possibilitando-lhes o início da construção de sua identidade e profissionalização. A formação inicial compõe, com a carreira, a jornada de trabalho, a remuneração, condições de trabalho e saúde, elementos indispensáveis de valorização profissional e constituição do profissionalismo.

No que diz respeito à formação inicial dos pedagogos, é preciso, *a priori*, repensar o amplo campo de atuação em que estes profissionais atuam e o currículo oferecido nos cursos de graduação. Nesse âmbito, este trabalho tem como temática de estudo o “Projeto Direito à Literatura¹”, uma atividade de ensino, pesquisa e extensão do Programa de Educação Tutorial do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), no Campus de Palmas (PET PedPalmas), desenvolvida desde 2021.

A gênese desta pesquisa deve-se ao interesse e preocupação em estudar a experiência dos estudantes de Pedagogia do PET, no “Projeto Direito à Literatura”. Entendemos, pois, que conhecer este projeto em uma universidade pública (UFT), no Tocantins, pode proporcionar ao professor-aprendiz o domínio de ferramentas teórico-práticas indispensáveis à realização de suas funções docentes, e também pode potencializar a promoção de novas reflexões aos professores regentes do ensino básico, com a difusão de saberes constituídos no referido projeto.

A escolha da temática justifica-se por promover uma reflexão ampliada sobre a importância da formação de leitores e do direito à literatura, na formação dos participantes-aprendizes, sobre as determinações e/ou interfaces teórico-metodológicas, envolvidas nesse processo. Além disso, justifica-se por uma busca de respostas, bem como pressupostos que

¹ Projeto de extensão orientado pela professora Dr.^a Rosilene Lagares, no Curso de Pedagogia do *Campus* de Palmas da UFT.

contribuam para minimizar problemas relacionados à formação do pedagogo que atua como formador de leitores literários nos anos iniciais do ensino básico. Nesse âmbito, Azanha afirma que:

Nessas condições, qualquer proposta de formação docente deve ter um sentido de investigação e de busca de novos caminhos. A premência do problema educacional não justifica o apressamento de soluções, que devem ter sempre o caráter de tentativas. Nos casos dos cursos de licenciatura, em face dos desafios desse novo quadro institucional, não há respostas teóricas ou modelos práticos que possam orientar com segurança qualquer esforço de renovação de currículos, programas e métodos. A única certeza é que não há certezas (Azanha, 2004, p. 373).

De maneira geral, as dificuldades subjacentes à formação inicial do professor estão interligadas com o contexto sócio-histórico mais amplo da educação e com a política de formação disponibilizada pelo sistema governamental. Assim, é em uma tentativa de equacionar a separação equivocada entre campo teórico e prático, estabelecendo a Universidade, como alicerce da teoria, e a Escola como o da prática, que se busca, conhecer um contexto específico e compreendê-lo, por meio da visão dos participantes da pesquisa.

A indissociabilidade do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, da universidade brasileira, surge na Constituição Federal: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988, Art. 207).

Na década de 90, a Educação Superior, no Brasil, passou por transformações significativas, impulsionadas pelo posicionamento do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio (OMC). Essas instituições consideraram o alto custo da educação superior pública no país e acreditaram que os resultados obtidos não eram suficientes para justificar o investimento realizado. Como resposta a esse cenário, surgiu o desenvolvimento e crescimento da educação superior privada.

Essa mudança implicou na transformação da educação, que, anteriormente era considerada um bem público, para o status de mercadoria e serviço. Tal transformação teve impactos profundos, levando as instituições de ensino superior público a enfrentarem desafios relacionados à crise hegemônica, institucional e de legalidade. “A privatização do conhecimento é, ao mesmo tempo, uma forma de aumentar a polarização da riqueza social e do poder e uma ameaça à própria espécie humana” (Frigotto, 2010, p. 90).

Tratar, especificamente, sobre extensão, em meio a um terreno que busca estabilidade de ações e investimentos, é entendê-la como elo comunicativo entre universidade e sociedade e somente essas poderão materializar uma relação dialógica capaz de promover o desenvolvimento da realidade vivenciada e superar as ideias neoliberais que renegam a

educação e sua função social e entendem-na como simples mercadoria, numa tentativa de desarticular o que deveria ser o pilar de desenvolvimento pleno da sociedade.

Um grande volume de estudos e pesquisas apontam para debates e reflexões acerca do processo de formação inicial nos cursos de licenciaturas, especialmente em Pedagogia. E muitas dessas discussões têm mostrado que apenas o ensino, não é suficiente para proporcionar um processo de formação de fato efetivo e qualificado, daí, então, a importância dos cursos de extensão que promovem o diálogo entre universidade e escola e servem para auxiliar ao pleno desenvolvimento do futuro professor, cumprindo a função social da universidade (De Amorim; Da Silva Fernandes, 2018).

O distanciamento equivocado entre os campos teórico e prático fora explicitado no Parecer CNE/CP 9/2001: o problema dos estágios na formação inicial de professores, entre outros problemas:

[...] Outro problema refere-se à organização do tempo dos estágios, geralmente curtos e pontuais: é muito diferente observar um dia de aula numa classe uma vez por semana, por exemplo, e poder acompanhar a rotina do trabalho pedagógico durante um período contínuo em que se pode ver o desenvolvimento das propostas, a dinâmica do grupo e da própria escola e outros aspectos não observáveis em estágios pontuais. Além disso, é completamente inadequado que a ida dos professores às escolas aconteça somente na etapa final de sua formação, pois isso não possibilita que haja tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões do trabalho de professor, nem permite um processo progressivo de aprendizado. A ideia a ser superada, enfim, é a de que o estágio é o espaço reservado à prática, enquanto, na sala de aula se dá conta da teoria (Brasil, 2001, p. 23).

Na universidade, “[...] concebida como uma instituição geradora de conhecimento, deve haver a presença curiosa do sujeito em face do mundo, demandando a busca constante para a obtenção da verdadeira ação transformadora sobre a realidade” (Freire, 2006, p. 27).

Neste sentido, a fim de estreitar vínculos entre a escola e a universidade e contribuir com a formação teórico-prática dos professores aprendizes, temos a seguinte *questão de pesquisa*: Que relevância o Projeto Direito à Literatura, uma atividade de ensino, pesquisa e extensão do PET PedPalmas, tem no debate sobre o direito à literatura, a formação de leitores literários e a formação de professores?

Nosso *objetivo geral* concentrou-se em compreender o Projeto Direito à Literatura, uma atividade de ensino, pesquisa e extensão do PET PedPalmas, como estratégia para formação de professores aprendizes na formação de leitores literários nos anos iniciais do ensino fundamental.

Especificamente almejamos:

a) traçar uma trajetória histórica do direito à literatura no Brasil e seus aspectos gerais;

b) discutir as contribuições da literatura para os estudantes de Licenciatura em Pedagogia, por meio do PET PedPalmas, enfatizando sua relevância na formação acadêmica;

d) descrever a importância dos minicursos (virtuais) realizados na Escola Municipal Odete de Carvalho dos Santos, em Colinas do Tocantins-TO, no período de 24 de outubro a 14 de novembro de 2023, como subsídios teórico-metodológicos para a utilização da leitura e da literatura na prática educativa formal das crianças da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

Visamos, assim, compreender o Projeto Direito à Literatura, sem “abafar” sua dimensão sócio-histórica-cultural e sem eximir-se da missão de entender a inter-relação professor-orientador e professor-aprendiz, bem como a inter-relação Universidade e Escola.

No presente estudo, portanto, convocamos aportes teórico-documentais da temática em questão, com o atributo da pesquisa qualitativa (Chizzotti, 2014), constituindo uma pesquisa do tipo *bricoleur* ou confeccionador de colchas, na qual “[...] o pesquisador qualitativo utiliza as ferramentas estéticas e materiais do seu ofício, empregando efetivamente quaisquer estratégias, métodos ou materiais empíricos que estejam ao seu alcance (Denzin; Lincoln, 2006, p. 18)

Nesse sentido, na pesquisa também utilizamos a técnica de pesquisa-ação participante, pois para Gil (2010), ela assim se define, devido à imersão do pesquisador, no meio pesquisado, em estreita associação com uma ação ou ainda, com a resolução de um problema coletivo, onde todos pesquisadores e participantes estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.

Utilizamos estudos que têm o Projeto, especialmente, no que diz respeito à extensão como objeto de investigação (UFT, 2007, 2022); a formação inicial e continuada de professores (Frigotto, 2010; Freire, 2011; Silva, 2018; Saviani, 2019); e a formação de leitores literários (Cândido, 2011; Todorov, 2009; dentre outros).

Este estudo foca na análise de um fenômeno político e social com recorte do contexto contemporâneo, visando abordar a complexidade das interações entre os sujeitos (professor-aprendiz e professor regente) decorrentes da implementação da formação inicial no curso de Pedagogia e formação continuada para os professores regentes da Escola Municipal Odete de Carvalho, de Colinas do Tocantins-TO. Portanto, trata-se de um estudo de caso (Flick, 2009).

A pesquisa realizada classifica-se como qualitativa, considerando três vertentes neste estudo: a interação com o objeto e sua compreensão, a postura do investigador e o conhecimento construído. Nestes três aspectos, a pesquisa qualitativa pressupõe que o objeto estabeleça uma relação com o investigador de forma diferente da abordagem quantitativa, na medida em que seja possível o investigador se aproximar e interpretar o objeto por meio de suas vivências, para

que o conhecimento construído ao longo da investigação seja particularmente fundamentado por um contexto inerente a uma metodologia (Flick, 2009).

Os procedimentos gerados agregam o levantamento bibliográfico e a pesquisa documental². Sendo que o estudo bibliográfico é feito com o intuito de levantar um conhecimento disponível sobre teorias, a fim de analisar, produzir ou explicar um objeto sendo investigado, isto é, visa analisar as principais teorias de um tema e pode ser realizada com diferentes finalidades. Neste trabalho, a bibliografia foi mobilizada para apontar a relevância da aplicabilidade de orientações previstas em documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como o direito à formação literária dos estudantes nos anos iniciais como forma de se entender no mundo, compreender sobre si e aos outros, desenvolvendo a criatividade e a imaginação como elementos necessários para a constituição do sujeito humano.

De tal maneira, o trabalho trata sobre os pressupostos teóricos e a constituição do pensamento sobre o direito à literatura, levando aos graduandos em Pedagogia (os quais no decorrer do texto serão denominados também como petianos) e aos professores da Escola Municipal Odete de Carvalho dos Santos, de Colinas do Tocantins-TO, a discussão sobre a literatura encontrar-se presente em todas as áreas de conhecimento. Sendo assim, a tarefa de formar leitores literários, capazes de inferir sobre e com os pares na realidade na qual estão imersos, não se limita, especificamente, à área da língua portuguesa, considerando que todo professor deve, primeiramente, ser um leitor e, consecutivamente, atuar como mediador de leituras de mundo que possibilitem aos estudantes novas perspectivas na construção do conhecimento desde as séries iniciais.

No Projeto Político-Pedagógico (PPP)³ do Curso de Pedagogia do *Campus* de Palmas da UFT (UFT, 2007)⁴, consta, em sua organização curricular, dentre outros, os componentes curriculares pelos quais a nossa pesquisa perpassou, conforme recorte disposto no Quadro 1.

Quadro 1 - Organização Curricular do Curso de Pedagogia do *Campus* de Palmas da UFT

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR		
Núcleo 1: Estudos Básicos	Componentes Curriculares	CH
b) Dimensão da Formação Didático-Pedagógica para a Docência da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	<i>Literatura Infanto-Juvenil</i>	60
Núcleo 2: Aprofundamento e Diversificação de Estudos	Componentes Curriculares	CH

² Neste caso, teve-se por documento, nesta pesquisa, a BNCC (Brasil, 2018).

³ Aprovado pela Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nº 04/2007.

⁴ Este PPC foi substituído por outro em 2023.

a) Dimensão Teórico-Prática da Docência	<i>Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental</i>	120
b) Dimensão de Diversificação de Estudos e Políticas de Inclusão	<i>Educação e Cultura Afro-Brasileira</i>	60

Fonte: Adaptado de UFT (2007)

Em todo o curso, com carga horária de total de 3.225h (três mil duzentas e vinte e cinco horas), temos 60h voltadas para estudo da literatura infanto-juvenil. Considerando a importância do mediador de leitura para a formação do leitor literário entendemos a relevância da formação do discente em pedagogia, mediante a compreensão das contribuições inúmeras da literatura para a constituição identitária do sujeito, em especial a literatura infantil. O século XIX é o marco da difusão da literatura infantil no Brasil, porém, ainda hoje, por desconhecimento e, muito provavelmente, pela falta ou má formação docente, ainda é vista como um gênero secundário.

Assim, visando contribuir com a formação dos graduandos integrantes do PET PedPalmas, ampliando as fundamentações teóricas sobre a literatura e experimentando a prática na interlocução com a escola, desenvolvemos um trabalho formativo na Escola Municipal Odete de Carvalho dos Santos, em Colinas do Tocantins-TO, no período de 24 de outubro a 14 de novembro de 2023, composto por quatro minicursos virtuais, na plataforma *Google Meet*: Minicurso 1 – *A importância da literatura negra infantil*; Minicurso 2 – *Direito à literatura (ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas)*, baseado em obras de Antônio Candido e na legislação brasileira; Minicurso 3 – *Formação de leitores literários*, apresentou, de forma clara e objetiva, possibilidades para o desenvolvimento do trabalho com a leitura literária em sala de aula; Minicurso 4 – *A importância da leitura literária na constituição identitária dos aprendizes*, concluindo a sequência de formação.

Para a realização dos minicursos, houve um processo de formação desenvolvido em conjunto com os petianos para que pudessem compreender integralmente o tema, de modo que, ao nos reunirmos com os professores da escola municipal para a aplicação, tivéssemos um discurso no qual acreditássemos verdadeiramente, proporcionando assim um trabalho confiável e consistente.

Para melhor dispor as etapas da presente pesquisa, esta dissertação apresenta, brevemente, nesta introdução, o cenário em que o estudo foi ancorado, além da apresentação dos elementos da pesquisa, sendo temática, justificativa, pergunta de pesquisa, objetivos e metodologia.

Na seção 2, *Direito à Literatura no Brasil*, é abordada a trajetória histórica do direito à literatura no Brasil e seus aspectos gerais. Na seção 3, *A pesquisa, o percurso metodológico, o professor aprendiz e o professor participante*, abordamos os procedimentos e os caminhos metodológicos da pesquisa, assim como discutimos as contribuições da literatura para os estudantes de Licenciatura em Pedagogia, por meio do PET PedPalmas, enfatizando sua relevância na formação acadêmica. Na seção 4, *A rota didática: uma análise dos minicursos do projeto direito à literatura*, descrevemos a importância dos minicursos realizados na Escola Municipal Odete de Carvalho dos Santos, em Colinas do Tocantins-TO, no período de 24 de outubro a 14 de novembro de 2023, como subsídios teórico-metodológicos para a utilização da leitura e da literatura na prática educativa formal das crianças da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Fazemos, então, a apresentação e discussão dos resultados obtidos com o desenvolvimento dos minicursos e demais atividades do estudo de caso. Nas *Considerações Finais*, buscamos responder às perguntas norteadoras da pesquisa, provocando uma reflexão mais aprofundada e trazendo proposições futuras. Por último, trazemos as *Referências* utilizadas como base para o estudo e, nos Apêndices, os *slides* utilizados nos minicursos.

2 DIREITO À LITERATURA NO BRASIL

Na presente seção, abordamos a trajetória histórica do direito à literatura no Brasil e seus aspectos gerais. Assim, iniciamos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018, p. 7) que “[...] é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”. Neste contexto, as orientações sobre o ensino de literatura para as séries iniciais do ensino fundamental, surgem em várias partes da BNCC (Brasil, 2018) com a finalidade de fomentar encaminhamentos pedagógicos que contribuam para o letramento literário dos estudantes. Pois se compreende que:

As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros (Brasil, 2018, p. 42).

O texto literário pode ser um objeto de representação e estilo em que predominam a criatividade, imaginação e intenção estética. Esse mesmo texto constitui a relação dos sentidos entre o sujeito e o mundo, entre a imagem e o objeto. Esta relação autoriza a ficção e a reinterpretção do mundo atual e dos outros possíveis. Afinal, refletir sobre a literatura implica considerar o que está à frente por meio de um diálogo específico, marcado por uma dinâmica de aproximação e afastamento, em que as inovações da linguagem e as criações literárias, estabelecem a expressão da subjetividade e o estabelecimento de pontos reflexivos particulares podendo ser entrelaçados com citações do cotidiano, referências indiciais e até mesmo com procedimentos racionais (Brasil, 1998).

Concebendo que a literatura está presente em todos os lugares, e que o papel de ensinar não cabe somente ao professor de Língua Portuguesa, Todorov explica:

Diversamente do estruturalismo clássico, que afastava a questão da verdade dos textos, o pós-estruturalismo quer de fato examinar essa questão, mas seu comentário invariável é que ela nunca receberá qualquer resposta. O texto só pode dizer uma única verdade, a saber: que a verdade não existe ou que ela se mantém para sempre inacessível. [...] Assim, a história, o direito e mesmo as ciências naturais serão também descritas como gêneros literários, com suas regras e convenções; assimilados à literatura que supostamente só deveria obedecer às suas próprias exigências [...]. (Todorov, 2009, p. 40).

As narrativas se reproduzem em vários campos do saber, e embora como afirmado por Todorov (2009), que nunca alcançaremos uma resposta, o fato é que todas as ciências são

constituídas por narrativas em decorrência de paradigmas necessários aos modelos econômicos e culturais no cronotempo (tempo e lugar) de uma sociedade.

Cândido (2011), ao abordar a literatura como um direito essencial para todos os seres humanos, argumenta que, tudo o que é essencial para nós, também é essencial para os outros, o que o levou a conceituar isso como direitos humanos, tornando-se o ponto de partida para a ideia do direito à literatura. Ele dividiu os bens da vida em compreensíveis e incompreensíveis. Para o autor, os bens incompreensíveis não são apenas os que asseguram a sobrevivência fática e física em níveis decentes, mas também os que garantem a integralidade intelectual. E conceitua a literatura como toda criação de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, vários tipos de culturas, desde o que é denominado de folclore até as formas mais complexas e difíceis de produção escritas em várias civilizações. Sob este contexto, contamos, vivemos, sonhamos e imaginamos estórias que se situam além da literatura, que é uma ferramenta poderosa de instrução e educação.

Ainda, segundo Cândido (2011), uma sociedade igualitária deve reivindicar pelo direito à literatura, por ser uma necessidade universal. Para ele, a literatura pode ser uma ferramenta consciente de desmascaramento, apontando e denunciando onde há restrições e negações de direitos. A literatura denuncia a miséria, servidão e mutilação espiritual. De acordo com suas reflexões, a literatura não pode ser monopólio de classes dominantes e também não deve ser distribuída de modo estratificante e alienante.

Entendemos com Cândido (2011) e Todorov (2009) que existe uma carência de formação docente voltada para a leitura literária, inclusive nos cursos de Letras, e que persiste um imperativo de que a literatura seja trabalhada com efetividade nos contextos de sala de aula.

“Sua proposta é a de restabelecer o equilíbrio entre as contribuições do formalismo-estruturalismo e as conexões do texto literário com o mundo real e com a vida contemporânea, e que isso tenha reflexo na formação de professores e alunos de literatura” (Todorov, 2009, p. 11). Ou seja, o que o autor reivindica é que o texto literário volte a ocupar o centro e não a periferia do processo educacional “[...] (e, por conseguinte, da nossa formação como cidadãos), em especial nos cursos de literatura (Todorov, 2009, p. 11).

Ainda com Cândido (2011), um dos maiores críticos literários do país, compreendemos que a Literatura pode ser um direito tão necessário que se iguala às necessidades mais básicas de um ser humano:

[...] assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura. Desta forma, torna-se um fator indispensável de humanização e, desta forma, confirma o homem na sua humanidade,

inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente (Cândido, 2011, p. 04).

Desde meados dos anos 1980, Cândido aponta que a literatura é um direito humano, por ser um bem imprescindível à humanização. Isto é, torna-se indispensável à nossa humanização, uma vez que realiza função importante para o desenvolvimento enquanto seres humanos. Estimula e alimenta a imaginação de quem lê, fazendo-se essência da humanidade, bem como provoca e proporciona o exercício da alteridade, afinal nos permite experienciar o local de outros sujeitos sociais através das personagens, contribuindo para o desenvolvimento do repertório linguístico, aumenta a capacidade de comunicação com o mundo e, conseqüentemente, ressignifica os conhecimentos produzidos (Fernandez, 2020).

Notamos uma multiplicação dos estudos de direito e literatura, possibilitando o enfrentamento de uma arraigada tradição positivista, analítica e tecnicista. Nessa tradição, o direito é restrito a lei e às decisões judiciais, e, no máximo, aos livros que explicam as leis e comentam sobre as decisões judiciais. Essas obras, como definem os juristas, compõem o que é entendido como doutrina, termo que, de maneira sutil, ecoa elementos teológicos (Godoy, 2020).

Para Cândido (2011), o direito à literatura trata-se do direito do indivíduo ter acesso à cultura, sendo esta necessária para a construção de sua identidade enquanto ser humano e enquanto parte de um contexto social. Ele insere a literatura como um direito humano, uma espécie de “direito à esperança”.

Do ponto de vista do pensamento freireano, ressalta-se continuamente a importância da vida a ser vivida com dignidade e humildade, mantendo-se elevado espírito e serenidade, além de uma postura permeada por alegria e compromisso, todos guiados por valores éticos que concedem voz aos marginalizados da sociedade, proporcionando espaço para todos os habitantes deste planeta. Freire (2011) denomina essa abordagem de "biofilia", referindo-se à humanização do ser humano e à priorização da vida.

Cunha-Filho (2000) complementa de forma precisa ao reafirmar que os direitos culturais abrangem as esferas das artes, memória coletiva e transmissão de saberes, garantindo aos indivíduos o acesso ao conhecimento e utilização do passado, a participação ativa no presente e a capacidade de prever e tomar decisões relacionadas ao futuro, sempre com o objetivo de assegurar a dignidade da pessoa humana.

Em decorrência de movimentos por parte da sociedade, as políticas públicas de incentivo e fomento à leitura e à literatura foram elaboradas em função de demandas sociais. No ano de 2006, firmou-se a Portaria Interministerial nº 1442 (Brasil, 2006), um acordo entre

o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura, que, em seu artigo 1º, instituiu o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), com uma duração trienal e cujo objetivo era assegurar o acesso, incentivo e fortalecimento da cadeia produtiva do livro.

Nesse período, foi dado o primeiro passo de muitos que viriam pela frente até a aprovação pelo Congresso Nacional e sanção presidencial da lei que tem em vista efetivar o PNLL como uma política de Estado. Nesta trajetória, ainda houve a aprovação do Decreto Federal n.º 7.559/2011 (Brasil, 2011), que instituiu o PNLL como uma estratégia permanente de planejamento, apoio, articulação e referência para execução de ações direcionadas para o fomento da leitura no país. Este foi mais um dos passos que permitiu chegar até aqui (Brasil, 2006; Brasil, 2011).

Nesse âmbito, encontramos a Lei nº 13.696 de 12 de julho de 2018 (Brasil, 2018b) que normatiza a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) como procedimento para divulgação de livros, de incentivo a leitura, de motivação da escrita, do apreço pela literatura e do fortalecimento de bibliotecas públicas do país. Esse projeto se constitui por meio de medidas orientadas pelo conselho que institui o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), cujo objetivo é expandir o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), para promoção de políticas públicas que contribuam para o fortalecimento e incentivo à leitura, à construção do conhecimento, à inclusão digital e ao avanço sócio, cultural e educacional do Brasil.

Dessa forma, para que o direito à literatura se efetive, é essencial a Lei n.º 13.696/2018. Seu conteúdo é resultado de discussões realizadas ao longo de 10 anos por meio das atividades do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), mas que, no entanto, não foi efetivada, novamente aguardando para ser implementada, o que só pode acontecer se houver um movimento por parte da sociedade de poder público enquanto sujeitos de direito (Fernandez, 2020).

A Lei nº 13.696/18 demonstra a necessidade da universalização do direito ao acesso ao livro, à escrita, à literatura e às bibliotecas, reconhecendo a literatura e a escrita como direitos inerentes a todos. Reforça, também, a importância da implementação de políticas de estímulo à leitura, visando promover o pleno exercício da cidadania e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, conforme evidenciado em seu Art. 2º:

I - a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas;

II - o reconhecimento da leitura e da escrita como um direito, a fim de possibilitar a todos, inclusive por meio de políticas de estímulo à leitura, as condições para exercer plenamente a cidadania, para viver uma vida digna e para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa;

III - o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC);

IV - a articulação com as demais políticas de estímulo à leitura, ao conhecimento, às tecnologias e ao desenvolvimento educacional, cultural e social do País, especialmente com a Política Nacional do Livro, instituída pela Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003;

V - o reconhecimento das cadeias criativa, produtiva, distributiva e mediadora do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas como integrantes fundamentais e dinamizadoras da economia criativa (Brasil, 2018b, Art. 2º).

Em seguida, no Art. 3º, ficam claras as finalidades da publicação:

I – democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade;

II – fomentar a formação de mediadores de leitura e fortalecer ações de estímulo à leitura, por meio da formação continuada em práticas de leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura, entre outros agentes educativos, culturais e sociais;

III – valorizar a leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional por meio de campanhas, premiações e eventos de difusão cultural do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas (Brasil, 2018b, Art. 3º).

De modo geral, o Brasil normatizou leis fundamentais para o fomento à leitura, no entanto, elas ainda não foram efetivadas. Logo, muitos são os desafios para concretizá-las, pois existem cortes radicais de recursos do governo voltados para políticas públicas na área social e educacional, como a Lei n.º 13.696/18. Vale destaque o que preconiza a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018a) ao descrever sobre os objetivos dos campos que devem ser explorados no cenário da Língua Portuguesa, o campo artístico-literário:

[...] trata-se, assim, de ampliar e diversificar as práticas relativas à leitura, a compreensão, à fruição e ao compartilhamento das manifestações artístico-literárias, representativas da diversidade cultural, linguística e semiótica, por meio”, como também, “da compreensão das finalidades, das práticas e dos interesses que movem a esfera artística e a esfera literária, bem como das linguagens e mídias que dão forma e sustentação às suas manifestações (Brasil, 2018a, p. 156).

O exposto ressalta a importância de compreender o significado de garantir a literatura como um direito humano, visando concretizar essa prerrogativa fundamental por meio de políticas estatais abrangentes. A expressão "literatura como direito humano" remete à qualidade do direito, à qualidade da política necessária e desejada para assegurar o acesso universal a ela. Essa afirmação implica que garantir o direito à leitura é viabilizar o seu desfrute como uma obra aberta, isto é, a experiência de leitura é vivenciada por cada indivíduo de maneira única, influenciada por seu repertório de vida, suas experiências pessoais, interpretações do mundo, textos e contextos (Fernandez, 2020).

Cândido (2004) enfatiza que a literatura, concebida como obra aberta, deve permanecer acessível a todas as faixas etárias, livre de censuras, abrangendo uma vasta gama de gêneros, conforme destacado pelo autor, a seguir:

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos de folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações (Candido, 2004, p. 16).

Para efetivar o direito humano à literatura, é imperativo dispor de um acervo bem organizado, acessível e amplamente disponível, convidando e englobando a todos, incentivando-os a se tornarem leitores. Além disso, é essencial criar estratégias que permitam o pleno exercício do direito de ser um leitor, e para isso, é fundamental contar com professores devidamente capacitados e preparados para fomentar a leitura literária no ambiente escolar.

E, finalmente, Fernandez (2020) corrobora com a ideia de que, para garantir o direito à literatura, é essencial a mediação humana. Esta mediadora de leitura que, com certeza deve ser um leitor (a), apresenta a literatura para pessoas que ainda não se sentem “abraçadas” pela leitura e também para quem já leitor (a). Portanto, debates de leitura, contação de histórias, clubes de leitura e leituras compartilhadas resultam em momentos de prazer, reflexão e aprofundamento, ainda que inconscientemente, sobre si e sua capacidade de autonomia.

2.1 Por um direito de se constituir leitor literário em contexto escolar

Os professores de Língua Portuguesa (LP) das escolas públicas brasileiras, em todos os níveis e modalidades de ensino, lidam todos os dias com questões relacionadas à formação de leitores. Assim, focam seus esforços na constituição de um leitor mediado por perguntas que conduzem a uma interpretação de texto, muitas vezes mecânicas, provenientes do livro didático como único referente. Essa angústia é mais crescente quando é exigido pela/na matriz curricular ou na proposta curricular de LP, mediações de leituras que não representam uma livre escolha de atuação do professor pedagogo na primeira fase do ensino fundamental ou do professor da área, numa relação de constituição do conhecimento com seus estudantes numa perspectiva dialógica do leitor literário (Porto; Silva; Rettenmaier, 2015).

Essa preocupação por parte dos professores de LP ocorre, especialmente, por alguns motivos: compreender, reaprender e construir ressignificações a partir de textos significativos para os estudantes, respeitando o local de fala destes, assim como buscar ampliação vocabular e habilidades cognitivas que impulsionem a reflexão sobre a própria escrita do estudante.

Entendemos que, ao conceber o mundo em sua complexidade, podemos conceituar e, assim, concretizar através da escrita, períodos linguisticamente pragmáticos.

Em seguida, outra preocupação surge quando os professores buscam ensinar a leitura literária seguindo rigidamente as diretrizes das secretarias de educação, ao mesmo tempo em que não podem negligenciar os conteúdos considerados 'obrigatórios', como mencionado anteriormente. Além disso, enfrentamos desafios devido às circunstâncias socioeconômicas e culturais que têm um impacto limitado na formação de leitores literários. Muitos estudantes não têm acesso a livros em casa e não estão imersos em ambientes que promovam efetivamente a leitura, incluindo os espaços escolares.

Isso limita significativamente a capacidade desses aprendizes de experimentar o prazer associado à leitura de contos de fadas e narrativas fantásticas, especialmente entre os estudantes da primeira fase do ensino fundamental. Por intermédio dessas peculiaridades e decorrência de elucubrações teóricas sobre como tornar as experiências de leituras literárias parte do processo de constituição de vozes afetivas, emocionais e cognitivas dos estudantes perceptíveis, na prática de uso para criar contextos em sala de aula, pensamos em correntes teóricas voltadas para o direito literário nos espaços escolares como uma constante nas salas de aulas de LP, assim como em todas as outras disciplinas, conforme orientado pela BNCC (Brasil, 2018a).

Por consequência dessas reflexões, surge a necessidade de se entender o contexto histórico, cultural dos estudantes em formação para que os professores possam realizar encaminhamentos que colaborem para formação destes sujeitos de forma assertiva e positiva. Assim, com elementos e personagens que os representem e colaborem para entender os contextos ao qual estão imersos.

Na BNCC, dentro do componente Língua Portuguesa, o gênero/texto, as práticas de leitura, escrita e oralidade ganham centralidade e se vinculam a campos de atuação social, sendo um deles o campo literário, que diz respeito “[...] à participação em situações de leitura, fruição e produção de textos literários e artísticos, representativos da diversidade cultural e linguística, que favoreçam experiências estéticas” (Brasil, 2018a, p. 96). O ensino de literatura é reconhecidamente relevante para a formação dos indivíduos e sua inserção é vista como imprescindível no ensino de LP.

Para uma busca mais abrangente de definição de ações e encaminhamentos pedagógicos sobre contextos de uso da leitura literária em sala de aula, pensamos como orientação para prática pedagógica de professores petianos e professores regentes de turmas a apresentação da literatura considerando o lugar de fala de grande parte de estudantes e professores que, sendo negros, por vezes não se viram ou sentiram representados pela literatura tal qual foi até aqui

apresentada a eles. Postulando-se como meio de impulsionar o interesse dos estudantes pelos textos literários, acreditamos que abordando dessa forma levantaremos curiosidade sobre o texto literário e poderemos conduzir um trabalho de leitura mais eficiente onde todos os estudantes sintam segurança e, portanto, apresentem maior desenvoltura no processo de formação leitora.

Entendemos que as aulas de LP, em sua maioria, conduzem as atividades através das correntes linguísticas que fundamentam seus estudos nos aspectos estruturais da língua, tais como: fonológicos, semânticos ou sintáticos. Decorrente dessas linhas de pensamento, não se presencia preocupação no uso da língua como aspecto comunicativo.

A partir dessa premissa, emerge-se uma abordagem pragmática, levando-se em consideração todos os elementos da língua, não apenas os estruturais, mas principalmente semânticos, o que nos impulsiona a realizar encaminhamentos de textos completos (textos/contextos) e que o trabalho seja conduzido de forma dialógica e não impositiva para fins avaliativos somente.

3 A PESQUISA, O PERCURSO METODOLÓGICO, O PROFESSOR APRENDIZ E O PROFESSOR PARTICIPANTE

A abordagem da pesquisa aqui apresentada é a qualitativa, tendo como técnica principal, o estudo de caso (Flick, 2009), desenvolvida com bolsistas do PET PedPalmas da UFT, que buscou discutir as contribuições da literatura para os estudantes de Licenciatura em Pedagogia, por meio do PET PedPalmas, enfatizando sua relevância na formação acadêmica, considerando a apropriação de conhecimento científico e/ou tecnológico de alto nível acadêmico, o desenvolvimento da reflexão e autonomia e o estabelecimento de compromissos epistemológicos, éticos e sociais que estejam presentes na sua ação como estudante e na sua futura atuação profissional, assim como, a formulação de novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior, visando à redução da evasão escolar.

Assim, observamos a necessidade de promover: a ampliação da formação para além da estrutura curricular do Curso de Pedagogia e que aprimorem a formação voltada ao processo de ensino e aprendizagem, bem como busquem inovações metodológicas; aprimorar a formação voltada às demandas da sociedade, do contexto profissional e da responsabilidade social; e promover a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular.

Foi neste terreno fértil que nasceu o interesse em aprofundar o conhecimento acerca do PET PedPalmas, bem como oferecer subsídio para o desenvolvimento da ação Direito à Literatura pelos professores aprendizes.

As atividades presenciais desenvolvidas pelo grupo do PET aconteceram até início de março de 2020, e foram paralisadas devido à pandemia da COVID-19 e retornaram apenas em 2022, quando iniciamos o processo de construção desta pesquisa.

Para isso, optamos pelo estudo de caso que, permite uma investigação que preserve as características dos eventos da vida real e tem como grande vantagem estudar pessoas em seu ambiente natural, explorando fenômenos com base em vários ângulos (Flick, 2009).

Segundo Flick (2009, p. 17), o estudo de caso "[...] é a análise sistemática das questões de pesquisa por meio de métodos empíricos (p. ex., perguntas, observação, análise de dados, etc.). [...] Várias abordagens podem ser distinguidas e também, várias situações de aplicação (saúde, educação, pobreza, etc.)". Nesse tipo de estudo, diversos objetivos podem ser atendidos, uma vez que se compreende que a obtenção de leituras por meio de diferentes perspectivas pode facilitar a compreensão dos fenômenos analisados.

Os participantes da pesquisa totalizaram onze estudantes (petianos), matriculados do segundo período até o último do curso de Pedagogia. Todos demonstraram engajamento e participação ativa nas formações. No grupo de professores aprendizes, todos tiveram a oportunidade de refletir sobre as concepções de leitura e explorar metodologias específicas para o desenvolvimento da leitura literária.

Realizamos o primeiro encontro formativo com os petianos de modo virtual, pela plataforma google meet, em trinta de novembro de 2022, em que foi apresentada uma proposta de desenvolvimento de quatro minicursos, voltados aos professores de 4º e 5º anos do ensino fundamental, a estrutura e as temáticas para cada um deles. A partir de então, mantivemos diálogo esporadicamente até firmamos as datas para o desenvolvimento dos minicursos, conforme disponibilidade da escola envolvida. Definidas as datas e horários para as formações, os diálogos foram constantes e viabilizados por um grupo de WhatsApp que facilitou a comunicação durante o período de realização da pesquisa.

Ao longo do processo, houve um cuidado intenso com os estudantes aprendizes, considerando, suas múltiplas demandas acadêmicas que requeriam tempo e atenção. O objetivo era manter seu envolvimento e interesse contínuos no desenvolvimento ativo do trabalho, pois somente dessa maneira seria significativo e contribuiria verdadeiramente para sua formação acadêmica e pessoal. Foi gratificante perceber o pleno protagonismo, a proatividade e o alto nível de receptividade dos petianos às orientações e ao material teórico apresentado. Eles não apenas contribuíram ativamente para o planejamento e a execução das atividades, mas também realizaram intervenções pertinentes junto aos professores, demonstrando responsabilidade e segurança no processo.

Neste trabalho, é essencial também ressaltar a importância da figura da professora orientadora Dra. Rosilene Lagares, que acompanhou toda a pesquisa desde os primeiros passos para a definição da temática, a mediação do diálogo entre o grupo e a pesquisadora, planejamento, execução das ações e avaliação. Em nenhum momento houve a necessidade de cobranças em relação às atribuições e envolvimento de cada um que compunha o grupo e certamente deve-se ao respeito e confiança na orientadora.

A escolha das temáticas para os minicursos foi algo que, para além da experiência e interesse pessoal da pesquisadora, como professora efetiva nas redes municipal e estadual de ensino, perpassou pelos interesses dos petianos e, especialmente, da escola. Afinal, estávamos oferecendo aos professores uma proposta de formação continuada que não estava prevista no calendário escolar e compreendíamos as dificuldades que poderiam ser encontradas para sua

realização: resistência dos professores em participar, falta de tempo, desinteresse pela proposta ofertada, entre outros fatores.

Para o desenvolvimento da pesquisa, tínhamos então a temática, a metodologia adotada, quem participaria e, inicialmente, a ideia de realizá-la em Arraias-TO, especificamente, na escola de Ensino Fundamental I, na qual a pesquisadora é professora efetiva. Todavia, durante o processo e após tentativas de articulação junto a equipe gestora para a inclusão da proposta formativa na agenda escolar, percebemos a dificuldade para que houvesse a concretização da pesquisa naquele local por uma série de fatores e, especialmente, cabe registrar a inclusão de uma atividade que não estava previsto no calendário escolar, e naquele momento não era entendida como relevante para a escola.

Dessa forma, iniciou assim um novo processo para repensar a proposta, refletir sobre a relevância da pesquisa, apresentar aos envolvidos a problemática e, por fim, compor um panorama capaz de contribuir com o desenvolvimento de diálogos pertinentes e urgentes sobre a formação dos professores aprendizes e formação continuada de professores do Ensino Fundamental I, formação leitora dos estudantes e para formação da escola como um todo.

A escolha de novo local para a pesquisa se deu juntamente com a professora orientadora e com um colega mestrando, diretor da Escola Municipal Odete de Carvalho dos Santos, em Colinas do Tocantins-TO. O trabalho aconteceria virtualmente por meio do Google Meet, e a distância não seria um empecilho, tendo em vista que pesquisadores e professores estão familiarizados com a ferramenta e para o momento seria fundamental. A partir da definição da escola participante alguns procedimentos foram fundamentais, tal qual a leitura e análise do PPP para formalização da proposta.

Percebemos que o estímulo à leitura está integrado ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola por meio de iniciativas como os projetos Rodas de Leitura, Maleta de Leitura, Visitas à Biblioteca Municipal, Utilização do Material Didático do PNAIC e Caixas de Literatura do Circuito Campeão. Esses projetos visam encorajar os estudantes a se engajarem na prática da leitura. No Ensino Fundamental I, os professores promovem o "Dia D da Leitura", enquanto os professores de Língua Portuguesa, na segunda fase, possuem um acervo de literatura brasileira, trazendo os livros para a sala de aula para incentivar a leitura entre os estudantes. O projeto da Maleta de Leitura consiste em os estudantes levarem para casa uma maleta contendo um livro escolhido por eles mesmos. A existência de projetos de leitura bem definidos na escola facilitaria, certamente, a pesquisa, já que a proposta apresentada complementaria o trabalho escolar existente (Colinas do Tocantins-TO, 2022).

A Unidade de Ensino participante atende predominantemente a três setores circunvizinhos (Santa Rosa, Santa Maria e Jardim América), embora recebam estudantes de outros setores mais distantes como o setor Sul, Rodoviário e também contam com estudantes da zona rural e municípios circunvizinhos. O seu público é constituído por pessoas carentes, em que grande parte das famílias são de baixa renda e numerosas (Colinas do Tocantins-TO, 2021). Compreendemos que, possivelmente, boa parte desses estudantes vivenciam a prática da leitura prioritariamente no ambiente escolar, o que torna ainda maior a responsabilidade do professor para com a formação de leitores.

De acordo com o PPP, em 2021, a referida escola contava com a configuração disposta na Tabela 1.

Tabela 1 - Níveis e modalidade de ensino, ministrados na escola 2021

ETAPAS / SEGMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	N.º DE ESTUDANT ES	Nº DE SALAS DE AULAS	N.º DE TURMAS	INTEGRAL	PARCIAL	Nª DE PROFESSO RES
01 1.º ano	20	01	01	-	-	01
02 2.º ano	34	01	01	-	-	01
03 3.º ano	31	01	01	-	-	01
04 4.º ano	46	01	02	-	-	05
05 5.º ano	48	01	02	-	-	04
06 6.º ano	62	01	02	-	-	08
07 7.º ano	58	01	02	-	-	08
08 8.º ano	46	01	02	-	-	09
09 9.º ano	39	01	02	-	-	07
10 AEE	21	01	02	-	-	01

Fonte: Colinas do Tocantins-TO (2021)

Percebemos, pelo quantitativo de estudantes e características socioeconômicas e culturais, descritas no PPP, que esta escola tem uma grande importância para os bairros atendidos e esperamos que nosso projeto proporcione impacto positivo na comunidade escolar.

Os professores envolvidos na pesquisa eram efetivos e de contrato temporário. Durante o desenvolvimento da pesquisa, eles tiveram um papel muito mais como ouvintes do que como agentes responsáveis pela formação dos acadêmicos, exceto na realização do último minicurso, *Importância da literatura para a formação identitária dos aprendizes*, em que expuseram práticas pedagógicas exitosas, conforme as temáticas desenvolvidas, momento em que os petianos puderam acompanhar a transposição didática do que havia sido trabalhado nos minicursos com a apresentação de atividades que os professores desenvolveram em sala de aula.

A extensão universitária, assim, é um canal de relacionamento e troca de experiências entre a universidade e a sociedade, propiciando benefícios para ambas as partes. Mediante a implantação dos projetos de extensão, a universidade, na sua interação com a

comunidade, participa e vivencia seus problemas mais contundentes, buscando a superação das contradições da realidade sócio-política e econômica, e oferece o saber sistematizado sob uma nova perspectiva daquela experimentada no dia a dia da prática escolar. O trabalho de extensão busca o progresso da sociedade como um todo, estimulando todos os envolvidos: o corpo técnico, discente, docente e os gestores a demonstrarem seu verdadeiro compromisso social. Assim, consideramos que nosso projeto tenha impactado e continuará impactando, direta ou indiretamente, não só os estudantes, como todo o corpo de servidores, como demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 - Quadro de servidores da Escola Municipal Odete de Carvalho dos Santos

Servidor	Quant	Ensino Médio			Ensino Superior			Com Especialização
		Magistério		Outra habilitação	Com Licenciatura		Sem Licenciatura	
		Completo	Incompleto		Completo	Incompleto		
Diretor	01	01	-	-	01	-	-	01
Secretário	01	-	-	01	-	01	-	-
Sec. Financeiro	01	-	-	01	01	-	-	-
Sala de Recurso	01	01	-	-	01	-	-	-
Biblioteca	01	-	-	-	-	01	-	-
Merendeiras	02	-	-	02	-	-	-	-
ASG	04	-	-	02	01	01	-	-
Guarda	03	-	-	03	-	-	-	-
Técnico em Mult.	-	-	-	-	-	-	-	-
Coord. Ped.	02	02	-	-	02	-	-	01
Coord. de Apoio Prof. Ed. Infantil	01	01	-	-	01	-	-	01
Prof. 1º ao 5º ano	08	08	-	-	08	-	-	06
Prof. 6º ao 9º ano	07	-	-	-	07	-	-	-
Total	32	13	-	09	22	03	-	09

Fonte: Colinas do Tocantins-TO (2022)

A Tabela 2 nos mostra uma quantidade expressiva de servidores, distribuídos em cargos diversos e com uma formação acadêmica, predominantemente, de nível superior.

O primeiro encontro formativo ocorreu, de forma virtual, durante a aplicação da Prova Brasil, em vinte e quatro de outubro de 2023, simultaneamente à preparação para a etapa municipal da Conferência Nacional de Educação (Conae) 2024. Isso ocasionou momentos de dispersão entre os professores. No entanto, de maneira geral, a proposta foi conduzida

satisfatoriamente, tanto para os idealizadores quanto para os participantes, conforme evidenciado pelas avaliações registradas tanto pelos professores da Escola Municipal Odete de Carvalho dos Santos, quanto pelos petianos. Os demais encontros ocorreram, também em formato virtual, com a participação de professores e de um coordenador pedagógico.

Realizamos, ao todo, quatro encontros, realizando 1 minicurso de 1h30min, em cada: o primeiro em 24 de outubro, o segundo no dia 31 de outubro, o terceiro no dia 07 de novembro, e o último no dia 14 de novembro de 2023. Para cada um dos momentos, foi aplicado um formulário de avaliação, em que os participantes puderam opinar sobre o desenvolvimento do minicurso, relevância e sugestões. Todas foram muito positivas e com sugestões para realizarmos outros momentos semelhantes e que fosse estendido aos demais professores da escola, tendo em vista que o público alvo para as formações foram professores de 4º e 5º anos do ensino fundamental.

Juntos, coordenadora, pesquisadora e petianos, planejamos todos os minicursos pensando em ofertar um bom material teórico e oportunizar a participação efetiva dos professores, em que pudessem contribuir com os demais professores e com os estudantes aprendizes. Os petianos faziam a explanação do material teórico e conduziam as atividades, tudo baseado em um planejamento sistematizado previamente dialogado e aprovado por todos. Algo bastante interessante, é que cada petiano, no decorrer do planejamento, sentia encorajado e com liberdade para fazer escolhas que os deixassem confortáveis para conduzir. Dessa forma, o trabalho fluiu muito bem, segundo relato dos próprios estudantes.

Professora Eleny, muito obrigada pela partilha, acolhimento, pelo tempo despendido conosco... muito grata foi ótimo trabalharmos juntos. (Estudante petiana 3. WhatsApp: [Grupo Literatura negra].14 de novembro.17:21)

Professora, vc me inspira, obrigado por ter nos incluído no seu projeto. (Estudante petiana 4. WhatsApp: [Grupo Literatura negra].14 de novembro.17:22).

A extensão universitária, segundo Martins (2010), nada mais é do que o elo entre a academia e a sociedade que a cerca, e deve ser vista como uma via de mão dupla, que busca em seu entorno as necessidades da população para a melhoria da qualidade de vida. E assim, depois, levar, através de seus serviços e do conhecimento construído em seus intramuros, propostas de capacitação para a sociedade. Confirmamos a afirmação, a partir da expressão dos petianos, em suas falas durante os minicursos e no grupo de *WhatsApp*, criado para facilitar nossa comunicação durante o trabalho, que o projeto de extensão contribuiu com a sua formação acadêmica e pessoal, sendo que a ação dessa pesquisa apresenta uma função social relevante e clarificou uma faceta da literatura desconhecida pela maioria.

3.1 Procedimentos Metodológicos

A primeira etapa da pesquisa, após a definição da temática, foi entender a proposta do PET para então poder prosseguir. Feito isso, veio a etapa de construção de uma proposta que pudesse contribuir com os petianos no desenvolvimento da ação. Considerando que o trabalho era inédito para o grupo de acadêmicos, muitos deles não estavam familiarizados com o assunto, alguns tinham acabado de iniciar a graduação. Nesse contexto, o objetivo era desenvolver uma pesquisa que contribuísse para a formação acadêmica dos graduandos, focando na construção de um perfil profissional desejado, no qual o professor pedagogo se posiciona como mediador tanto da leitura quanto da formação do leitor literário.

A formação de professores no Brasil experimentou diferentes transformações, especialmente com o lançamento, em outubro de 2017, da Política Nacional de Formação de Professores, no Governo Michel Temer. Nesse contexto, a Residência Pedagógica foi introduzida como um programa de governo, por meio de edital público, com o objetivo de direcionar a política de formação inicial e continuada de professores da educação básica, enquadrando as licenciaturas conforme as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular.

A atuação do governo nas políticas de formação tem sido caracterizada por uma certa fragmentação, com reformas sucessivas e mudanças que abordam várias dimensões da profissionalização, incluindo conhecimentos de natureza científica, técnica, ética, estética e cultural, tanto na formação inicial quanto na continuada (Silva, 2018). Fato que enfraquece a formação docente e conseqüentemente a educação como um todo.

Compreendemos a fragmentação e segmentação como estratégias da subordinação dos processos educativos ao capital. Nesta perspectiva, a educação, concebida como fator, bem como a formação humana, terão como sujeito definidor as necessidades do processo de acumulação de capital, sendo assim reguladas e subordinadas pela esfera privada, e à sua reprodução (Frigotto, 2010).

A universidade é imperativa para o desenvolvimento da sociedade, embora essa conexão entre ciência e desenvolvimento não seja fácil e é, muitas vezes, mal-entendida em contextos como o nosso, de grave atraso e verbas reduzidas. Nesse ambiente, a universidade, em razão do grande volume de recursos que consome e dos temas teóricos, sem aplicação prática imediata de que se ocupa, pode ser, facilmente, estigmatizada como uma instituição de luxo que só beneficia as camadas mais elevadas da sociedade. Muitas vezes, tenta-se superar essa dificuldade buscando estabelecer uma relação direta entre as

atividades acadêmicas e a sociedade, incorrendo, assim, na ambivalência de operacionalizar uma instituição que, por natureza, deve preservar-se autônoma e crítica. (Ristoff; Sevegnani, 2006).

Neste contexto, é crucial compreender que professor e estudantes são considerados o centro do processo formativo e protagonistas de sua própria formação e da transformação da sociedade, requerendo que o professor auxilie os estudantes na compreensão da realidade em que estão inseridos. Tendo a qualificação humana, que diz respeito “[...] ao desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano (condições omnilaterais) capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção de valores” (Frigotto, 2010, p. 34). A partir desse entendimento do mundo real, busca-se encontrar soluções concretas para questões ligadas à integração social e à valorização profissional. Esse é o cerne da práxis social da pedagogia freiriana, vista pela ótica da humanização do ser humano.

À luz da pedagogia freiriana, as etapas que sucederam tiveram os professores (aprendizes e regentes) como foco de todo o desenvolvimento da pesquisa. Observado o estágio de formação que cada integrante do grupo do PET se encontrava, uma proposta formativa fundamentada em pesquisadores renomados que poderiam contribuir com a formação dos envolvidos de forma sistematizada, em que houvesse a otimização do tempo e a aquisição de conhecimento que ecoasse para além da formação acadêmica, chegando até aos estudantes que um dia possivelmente serão formados por nossos, por ora, professores aprendizes.

Durante nossa jornada formativa, começamos provocando os graduandos para que vissem a literatura não apenas como um direito humano, mas também como um agente humanizador, por meio de uma perspectiva distinta, apresentada pelo ponto de vista dos autores e leitores negros, inseridos numa cultura negra. Posteriormente, revisitamos marcos essenciais para o desenvolvimento da leitura e literatura no Brasil, reforçando sua natureza como um direito universal. Além disso, estudamos práticas de leitura em sala de aula e aplicamos os princípios propostos por Rildo Cosson em sua obra *Letramento literário: teoria e prática* (Cosson, 2012). No desfecho da etapa formativa, reunimos todo o conteúdo analisado para construir o conceito sobre *A importância da leitura literária na constituição identitária dos aprendizes*. Todo esse percurso foi vivenciado pelos petianos durante o planejamento e execução dos minicursos, sendo amplamente debatido e discutido pelo grupo.

Os professores regentes da escola participante foram previamente apresentados às temáticas propostas como uma estratégia para estimular sua participação. A cada encontro,

realizamos a introdução da temática do dia, uma breve recapitulação do encontro anterior e antecipação do próximo, visando manter os participantes informados e integrados ao trabalho. Para reunir as informações necessárias para analisar o processo formativo, aplicamos formulários após cada encontro. Esses formulários não apenas registravam a presença dos professores, mas também coletavam dados sobre a relevância da temática, sua aplicabilidade em sala de aula, o desempenho dos formadores, bem como críticas e sugestões. As informações coletadas estão detalhadamente descritas em cada etapa da formação.

O ciclo formativo foi muito interessante, pois trabalhar com os acadêmicos e com os professores em formação continuada, além de toda a experiência da professora orientadora, enfim cada um envolvido com uma visão pessoal e profissional diversa, foi no mínimo motivador. O aprender e ensinar fundem-se na arte de descobrir, de estar sempre em busca do inacabado, e por consciência desse inacabamento, estamos em permanente busca, indagando com curiosidade, tudo à nossa volta, nesse constante processo formativo (Freire, 2002; 2011).

4 A ROTA DIDÁTICA: UMA ANÁLISE DOS MINICURSOS DO PROJETO DIREITO À LITERATURA DO PET PedPalmas

Com o objetivo de descrever a importância dos minicursos virtuais realizados na Escola Municipal Odete de Carvalho dos Santos, em Colinas do Tocantins-TO, como subsídios teórico-metodológicos para a utilização da leitura e da literatura na prática educativa formal das crianças da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, a presente seção traz a apresentação dos dados produzidos durante os quatro minicursos realizados entre as pesquisadoras, os petianos e a escola receptora do projeto, bem como as discussões dos resultados alcançados.

O PET conta com um projeto intitulado Direito à Literatura (UFT, 2022, p. 2), cujos objetivos são:

- Contribuir com a formação ampla dos estudantes de Pedagogia, considerando a apropriação de conhecimento científico e/ou tecnológico de alto nível acadêmico, o desenvolvimento da reflexão e autonomia e o estabelecimento de compromissos epistemológicos, éticos e sociais que estejam presentes na sua ação como aluno e na sua futura atuação profissional;
- Contribuir com formulação de novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior, contribuindo para a redução da evasão escolar;
- Ampliar a formação para além da estrutura curricular do Curso de Pedagogia, aprimorando-a para o processo de ensino e aprendizagem, e buscando inovações metodológicas é um objetivo fundamental. Isso implica em buscar métodos que enriqueçam a prática pedagógica, capacitando os educadores não apenas com o conteúdo teórico, mas também com habilidades práticas que atendam às demandas atuais da educação. Essas inovações podem incluir estratégias de ensino dinâmicas, uso de tecnologias educacionais, abordagens interdisciplinares e participativas, entre outras iniciativas, visando oferecer uma formação mais abrangente e eficaz aos futuros educadores;
- Aprimorar a formação voltada às demandas da sociedade, do contexto profissional e da responsabilidade social;
- Promover a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- Promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico;
- Contribuir com uma formação diferenciada e qualificada dos estudantes, incluindo o estímulo ao espírito crítico, a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior, assim como o estímulo à formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica;
- Estimular e ajudar os acadêmicos do PET e professores de Sistemas Municipais de Educação na mediação de histórias, propiciando subsídios teóricos e metodológicos para a utilização da leitura e da literatura na prática educativa formal das crianças; e
- Estimular a leitura, escrita e ilustração da literatura infantil no âmbito da Universidade, das instituições educativas e da sociedade local.
- Contribuir com a formação ampla dos estudantes de Pedagogia.

Em relação às ações do Projeto Direito à Literatura, o documento de planejamento de ações do PET PedPalmas, traz:

A atividade será orientada pela indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, de forma equilibrada; trabalho coletivo, com a formação voltada para o trabalho em equipe; e formação crítica e cidadã. Seu desenvolvimento se dará por meio de quatro subatividades, definidas em cronograma: Conclusão da Sistematização da Segunda Coletânea de Literatura Infantil do PET; Sistematização da Terceira Coletânea de Literatura Infantil do PET; Mediação das Histórias das Coletâneas de Literatura Infantil do PET; **Minicursos: Subsídios teórico-metodológicos para a utilização da leitura e da literatura na prática educativa formal das crianças da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.** É uma atividade que permitirá o encontro entre a Universidade e o sistemas públicos de ensino, especificamente, de Municípios, ao desenvolver ações em instituições educacionais. Permitirá, também, a discussão conceitual e o enfrentamento de desafios da realidade concreta da sala de aula no trabalho com a leitura, o letramento e a alfabetização. Também estimulará a leitura, a criatividade e a criticidade dos acadêmicos, ao exigir o planejamento e intervenção das mediações nas instituições educacionais. Todos os conceitos chave da atividade serão fundamentados no grupo com o apoio da Tutora. No desenvolvimento da atividade, o grupo obedecerá às normas da UFT relacionadas à pandemia do coronavírus: trabalho mediado por tecnologias digitais, híbrido e/ou presencial (UFT, 2022, p. 2, grifo nosso).

Nesse sentido, a presente pesquisa centrou-se em realizar a quarta subatividade do projeto Direito à Literatura, qual seja, o de realizar minicursos com uma escola municipal, aqui escolhida a Escola Municipal Odete de Carvalho dos Santos, em Colinas do Tocantins-TO, afim de oferecer subsídios teórico-metodológicos para a utilização da leitura e da literatura na prática educativa formal das crianças da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

Baseando-se na ação Direito à Literatura e em seus objetivos, apresentamos ao grupo uma proposta composta por quatro minicursos com duração de 1h e 30min, em formato virtual. Fizemos a apresentação do primeiro, cujo foco é levar aos professores a discussão sobre a importância da literatura para a formação leitora dos estudantes.

Imagem 1 - Apresentação da proposta dos minicursos



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Alinhamos a organização dos minicursos e planejamento para a aplicação junto aos professores. A proposta seria de iniciar a aplicação em fevereiro de 2023, conforme diálogo com a escola onde seria desenvolvido o trabalho, o Centro Municipal de Educação Básica (CMEB) Professora Livia Lorene Bueno Maia, Arraias-TO, escola em que a pesquisadora é professora efetiva, desde 2013 para regência em Língua portuguesa de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Após este primeiro encontro, foram várias tentativas junto ao CMEB- Professora Livia Lorene Bueno Maia, em Arraias-TO, para a realização da pesquisa, sem conseguir articulação para viabilizar a proposta. Foram dias de reflexão para, enfim, chegar à decisão de realizar em outra unidade de ensino. Firmada, então, a formação com a Escola Municipal Odete de Carvalho dos Santos, em Colinas do Tocantins-TO, onde houve diálogo e planejamento entre petianos, pesquisadora e professora orientadora e escola para iniciarmos o trabalho de pesquisa.

O primeiro encontro formativo ocorreu durante o período da aplicação da prova Brasil, em vinte e quatro de outubro de 2023, e também durante os preparativos para a etapa municipal da CONAE 2024. Houve momentos que dispersaram os professores, devido a diferentes fatores. No entanto, de maneira geral, a proposta foi bem-sucedida, tanto para os que a desenvolveram quanto para os participantes, conforme registrado nas avaliações feitas pelos professores e pelos estudantes.

Na oportunidade, foi enfatizado sobre a escolha pelos temas propostos, pautada no lugar de fala da pesquisadora como mulher, negra e professora. Assim, apresentada a estrutura do minicurso, a fundamentação teórica (Duarte; Fonseca, 2011; 2014; Cuti, 2010), como representatividade e resistência, os personagens negros *Nina & Nilo*⁵, que valorizam em suas histórias as suas origens afrodescendentes (Nogueira, 2012a, 2012b, 2018a, 2018b).

Em seguida, foram elencadas as habilidades da BNCC contempladas no primeiro minicurso. Cabe clarificar que neste momento nos ateremos à BNCC como documento normativo que visa a balizar a qualidade da educação, sem abrir para discussões acerca de como ela foi concebida em meio a uma crise política e econômica no Brasil, com clara influência da ideologia neoliberal. Sob a perspectiva de elevar a qualidade do ensino, os graduandos focaram em compreender as habilidades elencadas para o desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista

⁵ Trata-se de uma coleção de livros 'Nana & Nilo', do autor Renato Nogueira (Professor do Departamento de Educação e Sociedade-DES/UFRRJ), do ilustrador Sandro Lopes (Professor do Departamento de Artes-Dartes/UFRRJ) e da designer Cris Pereira, divulgando a cultura afro-brasileira para as crianças no país. Os personagens são irmãos gêmeos, vivendo aventuras com um pássaro falante, o Gino, e uma árvore milenar, a Mulemba (Nogueira, 2012a, 2012b, 2018a, 2018b). A saga de Nana & Nilo também pode ser encontrada no canal do YouTube: <https://www.youtube.com/channel/UChFFCMI17bTg1HYMqQRG2Vg>.

a formação de professores (objeto do curso de pedagogia), mas a literatura não é objeto específico do curso, merecendo assim, maior atenção.

Por conseguinte, apresentamos a proposta para os outros três minicursos para apreciação dos colaboradores: Minicurso 02 - *Direito à literatura*, Minicurso 03 - *Formação de leitores literários* e Minicurso 04 - *A importância da leitura literária na constituição identitária dos aprendizes*.

4.1 Minicurso 1 - *A importância da Literatura negra infantil*

O minicurso *A importância da Literatura negra infantil*, aconteceu em 24 de outubro de 2023, tendo como participantes os professores da Escola Municipal Odete de Carvalho dos Santos (logados com o e-mail da direção escolar) e os petianos.

Na ocasião, o diretor escolar apresentou o grupo de pesquisadores aos professores da escola. Manifestamos agradecimentos a ele e aos professores pela disposição em participar, permitindo o desenvolvimento da pesquisa e a formação dos graduandos de pedagogia no curso de extensão PET PedPalmas/UFT. Tratamos sobre a proposta de pesquisa, os objetivos para desenvolvimento dos minicursos e a importância de refletir sobre a literatura negra e periférica voltada para a literatura infantil, uma discussão urgente e necessária.

Foi trabalhada a atividade do primeiro minicurso, conforme resumo da proposta disposto no Quadro 2, realizada com os participantes do minicurso e dada como sugestão para trabalharem com os estudantes, levando-os a conhecerem alguns heróis que foram esquecidos e que não são divulgados.

Quadro 2 - Resumo da proposta do Minicurso 1

PROPOSTA PARA O MINICURSO 1: A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA NEGRA INFANTIL.	
Duração:	1h 30
Formato:	Virtual
Participantes:	Professores da Escola Municipal Odete Carvalho dos Santos (Colinas do Tocantins-TO)
Ministrantes:	Estudantes do curso de Pedagogia do Programa Extensão PET PedPalmas/UFT
Coordenação:	Mestranda Eleny Barbosa
Orientadora:	Prof. Dra. Rosilene Lagares
Objetivos:	Preparar e acompanhar um minicurso com os professores da primeira fase do ensino fundamental sobre literatura negra infantil, que será ministrado pelos estudantes do PET PedPalmas/UFT e, posteriormente, acompanhar a aplicação em sala de aula do material abordado.
TEMPO	ATIVIDADE
5 min	Apresentação da proposta e dos ministrantes do minicurso.
5 min	Apresentação do <i>Padlet e word cloud</i> ao grupo para que possam contribuir. Obs: foram utilizados em todos os minicursos.
5 min	Quem são nossos super heróis? Solicitação para que pensassem e escrevessem na <i>world cloud</i> (preferencialmente) ou no papel, seu super herói favorito.
15 min	Ampliando conhecimento Conhecimento prévio (O que é literatura? O que você entende por literatura negra e afro-brasileira?) Ouvimo-nos e, em seguida, apresentamos os conceitos à luz de Candido (2011), Duarte (2011, 2014) e Cuti (2010)
10 min	Retomando aos super heróis Promovemos reflexão sobre quais ou quantos são negros observando que não trata-se, apenas, de escolha pessoal, mas do que nos foi sempre oferecido.
20 min	Texto e contexto- Hora da HQ Leitura tirinha 2. Nana e Nilo Após a leitura do texto apresentamos os personagens.
20 min	Texto e contexto- Hora da HQ Leitura tirinha 1- (explorando os recursos visuais e verbais presentes no texto).
5 min	Considerações finais- ministrantes e participantes.
5 min	Avaliação do momento oralmente e por meio de formulário eletrônico.
1h30min	Tempo total previsto

Fonte: Autores (2023)

Para o diálogo inicial com os professores, realizamos uma leitura sobre o conceito da literatura afro-brasileira, apontada por Duarte e Fonseca (2011, 2014), como algo em construção, e o conceito de literatura negra exposta por Cuti (2010), como representatividade e resistência. Essas duas abordagens, subsidiarão os estudos, pois, conforme aprofundarmos as leituras, compreenderemos que os dois posicionamentos contribuem de forma significativa para as nossas análises e discussões sobre a literatura. Sobre este momento é relevante registrar a participação de uma petiana que fez um relato sobre sua vivência:

Não sei se deu para perceber pelo meu sotaque, mas eu não sou daqui, eu sou de Salvador, né? E 75% da população de Salvador é negra. E eu estudei numa escola majoritariamente branca. Na minha sala de aula, eu era a única menina negra e isso foi muito marcante. Assim... eu gosto muito de falar de desse testemunho, porque o papel dos meus professores, ele foi muito, muito importante, muito determinante, assim, na formação da minha autoestima, porque quando muitas vezes eles me percebiam ali segregada, enfim, discriminada, eles observavam em mim qualidades que eu não conseguia perceber e eles ressaltavam isso e me chamavam muito para eu assumir esse protagonismo de coisas, de organizações de falas, de eventos. Enfim, então, assim de fato, quando a senhora fala de que a gente não deve deixar passar, de que é importante sim. Eu queria tanto que todos os professores tivessem ciência disso, de como a atuação de um professor em sala de aula pode ser determinante, na construção da autoestima de uma menina ou de um menino negro. É um olhar, um olhar carinhoso, um olhar diferenciado, a compreensão de que, de fato, nós vivemos em um país racista, sim, e que onde quer que estejamos, em Salvador, em Colinas, em Arraias... E que na sala de aula, com atuação dos professores é possível, sim, a gente plantar semente para reverter isso, através da literatura. Sou do tempo em que na aula de história quando se falava do povo negro era só para dizer que era tudo escravo, não se falava da importância do povo negro na construção da nossa sociedade, não se falava que eles não são escravos e sim escravizados e tudo isso é muito importante. Então trazer o protagonismo negro, trazer a literatura negra, contar história para meninas que falam da importância do cabelo delas, da beleza do cabelo dela, tudo isso é muito importante, é muito importante e os professores eles têm assim um papel fundamental na formação e na construção da autoestima desses estudantes. (Petiana 1. Transcrito na íntegra da reunião on-line, pelo Google Meet.)

Nesse contexto, Saviani (2019) afirma sobre as lutas de classe onde as crises são naturalmente entendidas em perspectivas opostas pelas classes confrontantes, e tratar sobre a importância da literatura negra não deixa de ser uma luta de classes, enquanto a classe dominante tende a encarar como simples desarranjos exigindo apenas ajustes, a classe dominada tende a encarar as crises como expressão das contradições de estrutura e buscam explorá-la para mudar as correlações de forças.

A importância de realizar um trabalho voltado para a literatura negra está focado na necessidade de transformar os espaços que a pesquisadora ocupa, como professora, negra, pesquisadora e mulher, nascida em Arraias, uma cidade do período colonial, que conta 282 anos de história, marcada pela escravidão e pela mineração de ouro e pedras preciosas. Local em que transita ainda com brasões das famílias incrustadas nas casas seculares de onde comandaram a exploração do minério e influenciaram por séculos o pensamento local.

Nossa sociedade brasileira é marcada pelo racismo estrutural, nas pequenas localidades em que o período escravocrata ocorreu de forma virulenta, como em Arraias-TO, onde o reflexo do patriarcalismo sempre esteve presente e de forma violenta. Tratar desse assunto no percurso da pesquisa é uma forma de contribuir para reconstituição dos discursos através de ações afirmativas, como a formação continuada de professores, que possam colaborar diretamente e impactar na vida de centenas de crianças que, possivelmente, serão orientadas por estes profissionais em formação.

Para termos um diálogo inicial com os professores, pensamos em realizar uma leitura sobre o conceito de Literatura Afro-brasileira, apontado por Duarte e Fonseca (2011, 2014), como algo em construção, e o conceito de Literatura Negra, exposto por Cuti (2010), como representatividade e resistência. As duas abordagens subsidiaram nossos estudos, pois conforme fomos aprofundando as leituras, pudemos apreender que os dois posicionamentos podem ser de contribuições significativas para nossas análises.

O primeiro minicurso foi voltado, portanto, para literatura negra infantil e teve como corpus do trabalho o gênero discursivo tira em quadrinhos, Nana & Nilo (Nogueira, 2012a, 2012b, 2018a, 2018b).

Os gêneros tiras em quadrinhas, Nana & Nilo, são textos multimodais, que podem requerer dos estudantes,

[...] utilizar diferentes linguagens – verbal [...] para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação, [assim como possibilitar às crianças a compreensão de] [...] linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais. [E, conseqüentemente,] [...] conhecer e explorar diversas práticas de linguagem em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo [para conseguir] ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva (Brasil, 2018a, p. 65).

A sequência apresentada a seguir seguiu o modelo de trabalho orientado por Fuza e Ritter (2021), em seu estudo *Práticas de leitura/análise linguística com tira em quadrinhos no ensino fundamental: uma proposta didático-pedagógica*. Embora o foco do estudo em questão estava mais preocupado com a constituição da leitura e da construção da estrutura do gênero discursivo, concebemos importante que a transposição da teoria norteadas pelas autoras fosse de fundamental importância para construção do sentido completo do texto que nos propusemos a trabalhar: Nana & Nilo.

Antes de apresentarmos a proposta desenvolvida com os estudantes, fizemos um breve levantamento das discussões acadêmicas sobre o conceito de literatura negra e/ou afrodescendente.

Para **Duarte e Fonseca (2011)**, o termo literatura afro-brasileira é um termo que se encontra em construção, pois durante o percurso da história literária brasileira muitos debates estavam limitados aos estudos das ciências humanas e naturais do período colonial, e que, mesmo na contemporaneidade, precisamos ter cautela e argumentos que possam subsidiar um pensamento dentro da perspectiva pós-humanista.

No artigo *Por um conceito de literatura afro-brasileira*, **Duarte e Fonseca (2014)** colocam alguns pontos em discussão para elucidarmos sobre quais textos podem ser considerados afro-brasileiros e conduz um debate para considerarmos os seguintes aspectos:

a) a temática: seria um “[...] dos fatores que ajuda a configurar o pertencimento de um texto à literatura afro-brasileira, [pois] trata-se de abordar não só o sujeito afrodescendente, no plano do indivíduo, [mas como] universo humano, social, cultural e artístico de que se nutre essa literatura” **(Duarte e Fonseca, 2014, p. 07)**;

b) a autoria: “[...] a instância da autoria é das mais controversas, pois implica a consideração de fatores biográficos ou fenotípicos, com todas as dificuldades daí decorrentes [...]”, pois encontramos autores brancos como o moçambicano Mia Couto que consegue se colocar como sujeito da enunciação, que envolve alteridade, seria a “[...] defesa feita por alguns estudiosos de uma literatura afro-brasileira de autoria branca” **(Duarte e Fonseca, 2014, p. 08)**;

c) o ponto de vista: que seria “[...] a visão de mundo autoral e o universo axiológico vigente no texto, ou seja, o conjunto de valores que fundamentam as opções até mesmo vocabulares presentes na representação” **(Duarte e Fonseca, 2014, p. 10)**. Nesse caso ter descendência africana e não se posicionar para empoderamento, resistência e denúncias não seria suficiente, “[...] é necessário ainda a assunção de uma perspectiva identificada à história, à cultura, logo à toda problemática inerente à vida e às condições de existência [...]” **(Duarte e Fonseca, 2014, p. 10)**;

d) a linguagem: que seria a valorização de palavras que foram introduzidas pela cultura africana, mas não apenas estas, mas toda uma carga semiótica própria e delimitada de comunidades sócio-culturais que se identificam e promovem uma desconstrução do discurso hegemônico narrado historicamente na sociedade brasileira; e

e) o público: resgate de valões identitários como parte de um projeto político.

Assim, a formação de um horizonte recepional afrodescendente, como fator de intencionalidade próprio a essa literatura, distingue-a do projeto que norteia a literatura

brasileira em geral. A constituição desse público específico, marcado pela diferença cultural e pelo anseio de afirmação identitária, compõe a faceta algo utópica do projeto literário afro-brasileiro, sobretudo a partir de Solano Trindade, Oliveira Silveira e dos autores contemporâneos.

Este impulso à ação e ao gesto político leva à criação de outros espaços mediadores entre texto e receptor: os saraus literários na periferia, os lançamentos festivos, a encenação teatral, as rodas de poesia e *rap*, as manifestações políticas alusivas ao 13 de maio ou ao 20 de novembro, entre outros. No caso, o sujeito que escreve o faz não apenas com vistas a atingir um determinado segmento da população, mas o faz também a partir de uma compreensão do papel do escritor como porta-voz da comunidade. Isto explica a reversão de valores e o combate aos estereótipos, procedimentos que enfatizam o papel social da literatura na construção da auto-estima (Duarte e Fonseca, 2014, p. 14).

Para Cuti (2010), Solano Trindade, Conceição Evaristo e muitos outros escritores negros contemporâneos dizem que o termo a ser colocado é literatura negra, uma literatura enquanto projeto político de resistência, de empoderamento, de denúncia de resgate histórico e cultural, de embelezamento da pele negra, por estes mesmos motivos, a literatura negra seria aquela escrita por negros e/ou afrodescendentes.

Nesse âmbito literário, temos a literatura negra infantil como forma de agregar valores desde a tenra infância e a possibilitar que a criança possa constituir e agregar valores positivos à cultura afrodescendente, à negritude, a entender que o problema não está na cor da pele, mas no preconceito do outro, para que possam ter a oportunidade de ser atendida em sua integridade humana. Crescer, física, mental, emocional e cognitivamente de forma equilibrada como norteado na BNCC (Brasil, 2018).

A seguir, encontra-se, portanto, a tirinha (Imagem 2) com a proposta de atividade de leitura dialógica como meio para alcançar a leitura e a escrita com temas que sejam significativos e que possam contribuir para a identificação cultural por parte dos estudantes atendidos na Escola Municipal Odete de Carvalho dos Santos .

Imagem 2 - Tirinhas Nana & Nilo para a atividade de leitura dialógica



Fonte: Nogueira (2012a, 2012b, 2018a, 2018b)

Na tira em estudo, as personagens estão falando explicitamente sobre o preconceito racial no Brasil, sobre a importância de um trabalho continuado no percurso de todo o ano letivo e não apenas no dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, como acontece na maioria das escolas de todo o país. Pensando nesse parâmetro, se faz interessante acionar, por parte dos estudantes, conhecimento sobre outros elementos importantes para maior entendimento do enunciado, como a função social dos autores, dos interlocutores, da finalidade discursiva, da esfera de comunicação e do suporte em que veicula o texto.

4.1.1 Acionando a *dimensão social*

Antes da leitura da tira, indicamos atividades que pudessem auxiliar o leitor na compreensão do texto, haja vista que possibilitam o resgate dos conhecimentos dos estudantes, preparando-os para o conteúdo do texto. No Quadro 3, trazemos algumas atividades que deram base para o minicurso, no que diz respeito à *dimensão social*.

Quadro 3 - Atividades para a execução do minicurso - *dimensão social*

PERGUNTA GERAL	PERGUNTAS CONSEQUENTES
1) O texto que você vai ler é uma tira em quadrinhos de Nana & Nilo. Antes da leitura, responda oralmente:	<ul style="list-style-type: none"> a) Você tem acesso à leitura de tiras? Quais já leu? b) A tira pode circular em quais veículos de comunicação? c) Você conhece os personagens Nana e Nilo? Se não, como você os imagina? Por que será que têm esses nomes? d) A tira que vamos ler aborda sobre a diversidade étnico-racial. O que você sabe sobre o tema? e) O que você sabe a respeito da diversidade?
2) Você acredita que a tira de Nana e Nilo podem ser consideradas de qual local de comunicação?	<ul style="list-style-type: none"> a) Científica. b) Literária. c) Jornalístico-midiática. d) Escolar.
3) A tira foi produzida pelo professor Renato Nogueira, ilustrada pelo professor Sandro Lopes e pela <i>designer</i> Cris Pereira. (Nogueira, 2012a, 2012b, 2018a, 2018b)	<ul style="list-style-type: none"> a) Entendendo isso, qual a importância deles escreverem a tira em quadrinhos? b) Para quem vocês acham que eles escreveram este texto? c) Vocês acham que eles tinham qual intenção ao criar essa tira?
4) O gênero discursivo <i>tira em quadrinho</i> é produzido em livros infantis, e as personagens estão presentes em livros de colorir, quadrinhos, desenhos animados, CDs e DVDs de músicas tradicionais. Essa larga divulgação dos irmãos gêmeos que se tornaram estes personagens representativos da negritude no Brasil trata de temas importantes, portanto é necessário conhecermos o contexto histórico em que foram criados.	<ul style="list-style-type: none"> a) Em grupos, pesquise sobre o início do projeto de escrita da tirinha. Você pode procurar no Google, “Nina & Nilo: motivação dos autores para inventar personagens negros infantis”. Faça um comentário sobre os resultados da pesquisa. b) Pesquise, também, sobre o contexto histórico da cidade de Colinas do Tocantins sobre o papel dos negros na construção local, e no Brasil. Produza um comentário escrito sobre os resultados de sua pesquisa. c) Procure em um dicionário o que é privilégio e o que é direito. Produza um comentário escrito sobre as semelhanças e diferenças entre essas medidas.

Fonte: Autores (2023)

Para que os estudantes possam entender de fato o tema que está sendo tratado na tirinha, torna-se essencial propor atividades de pesquisa, escrita e divulgação, com o objetivo de assegurar que o estudante constitua, a partir do seu local de fala, apreciação valorativa sobre o tema diversidade étnico racial. As quais poderão contribuir para a construção de sentido do texto ao final do trabalho.

4.1.2 Acionando a *dimensão verbo-visual*

Uma dúvida recorrente entre professores diz respeito a como iniciar a leitura da tira. E, aqui, nos reportamos ao aspecto cognitivo do processo de leitura por considerá-lo importante

para a formação leitora dos estudantes de 5º e 6º anos, como se observa na atividade proposta/realizada no Quadro 4.

Quadro 4 - Atividades para a execução do minicurso - *dimensão verbo-visual*

CATEGORIAS	QUESTIONAMENTOS	QUESTIONAMENTOS	QUESTIONAMENTOS
Os quadrinhos			
Sobre a linguagem visual	a) Quando acontece a história? b) Onde acontece a história? c) Quais as personagens da tira? d) O que as personagens estão fazendo? e) Por que estão segurando uma faixa?	a) A personagem se parece com Nina e Nilo? Qual a diferença entre eles? Como podemos comprovar a diferença?	a) O tempo e o espaço da história mudaram? Como podemos confirmar? b) O que as personagens estão fazendo? c) Como comprovamos isso? d) O olhar de Nina e Nilo mudou em relação ao primeiro quadrinho?
Sobre a linguagem verbal escrita (elo com a visual)	a) Porque a Nina afirma que ela e Nilo estão na luta contra a discriminação racial? b) A Nina e o Nilo parecem felizes ao segurar a faixa? Como conseguimos confirmar isso?	a) Por que a terceira personagem pergunta se a luta contra a discriminação racial é só em novembro? O que acontece em novembro na luta contra discriminação racial? b) O olhar da personagem demonstra curiosidade, raiva ou insegurança? Como podemos comprovar?	a) Nina explica para Alice: "Não, Alice. Esse problema existe todo dia!" A qual problema Nina está se referindo? b) O olhar de Nina e Nilo ainda tão alegres como no primeiro quadrinho? Como podemos comprovar?

Fonte: Autores (2023)Nogueira (2012a, 2012b, 2018a, 2018b)

Após o desenvolvimento desta atividade e do debate com os professores, apresentamos outras tirinhas e pedimos para os professores criarem atividades a partir da apresentação, dando continuidade ao debate temático: diversidade étnica racial.

Com base nessa visão, a atividade inicial consistia em mobilizar o grupo participante para refletirem sobre o questionamento: *Quem são nossos heróis?*. Foram convidados a escrever na nuvem de palavras, acessível por um link compartilhado no chat da reunião, os nomes dos heróis que tiveram na infância e que ainda fazem parte do seu imaginário (Imagem 3). Uma forma de incentivá-los à participação e de assim podermos chegar às reflexões necessárias durante o minicurso, ou seja, “[...] explorar a crise de conjuntura para mudar a

correlação de forças tendo em vista a transformação estrutural da sociedade” (Saviani, 2019, p. 189)

Imagem 3 - Resultado da interação dos participantes do minicurso na nuvem de palavras



Fonte: Autores (2023)

Os resultados da atividade de nuvem de palavras, nos levou a observar que os heróis apontados pelos participantes, em sua maioria, são brancos, aparecendo apenas os heróis Super-choque e Pantera Negra, como representação negra. Isso se deve muito, a uma construção social de séculos, colocando o homem branco no protagonismo das narrativas.

Para a próxima tirinha (Imagem 4), foi dada a seguinte sugestão: trabalhar com o imaginário infantil sobre quais heróis negros e negras tem nas mídias e deixar que as crianças cheguem às leituras de forma autônoma; e perguntar com quais heróis se identificam e o motivo (obviamente que alguns vão se identificar com os sentimentos e não com os aspectos fenotípicos, sem problemas, isto é ótimo).

Imagem 4 - Tirinhas para trabalhar com o imaginário infantil sobre heróis negros e negras



Fonte: Nogueira (2012a, 2012b, 2018a, 2018b)

A construção histórica do Brasil por muito tempo e ainda hoje leva a crer na inferiorização da pessoa negra, entendendo-os muitas vezes como escravos e não como pessoas que foram escravizadas, apagando sua história e contribuições para a formação cultural, artística, religiosa e intelectual do país. Há muito a se tratar sobre isso e o minicurso é uma oportunidade de poder promover discussões necessárias e tendo a literatura como fio condutor. Sobre o fato de nossos heróis serem, predominantemente, brancos uma petiana refletiu:

Veja ou outra eles são pretos, mas, na maioria das vezes, são os heróis que mais apareceram para a gente nas histórias ou na televisão mesmo. E aí a gente vai observando que não existem. Eu tava vendo uma pesquisa que eles foram começar a surgir nas grandes indústrias de desenho e filmes como a DC, por exemplo, depois de 1990, então é muito recente, comparado a quantidade de tempo que as pessoas leem histórias, daí a importância da literatura negra do avanço e a importância dos professores apresentarem para os estudantes (Petiana 2. Transcrito na íntegra da reunião on-line, pelo Google Meet).

A educação brasileira desenvolveu-se principalmente por influência da hegemonia branca e os impactos disso, especialmente na literatura, são claros desde a percepção de quem escreve, para quem e quem terá acesso a ela. Sem caráter democrático, mas excludente, sendo acessível a uma minoria privilegiada. Quando a universidade, em seu lugar nato de promoção do conhecimento, oportuniza reflexões como as que foram ofertadas no trabalho de formação, pode-se vivenciar momentos que marcaram profundamente o encontro, e reafirmam o quanto a formação impactou tanto na formação acadêmica como pessoal dos petianos, conforme podemos verificar nas seguintes colocações:

A temática é uma temática muito pertinente em um aspecto específico para mim, por causa da minha família. Eu não sou negro, mas a minha mãe é a minha cópia. Só que Negra. Então eu peguei alguns fenótipos delas, alguns genótipos. Então ela é a minha versão Negra, minha mãe então. Eu tenho um sobrinho, Davi, e certa vez a gente chegou em casa e ele estava jogando talco no braço, ele tinha uns quatro anos, quatro para cinco anos, ele jogava talco no braço e a minha mãe perguntou né: "Davi, por que está fazendo isso?" e ele falou: "Para mim ficar branco". E aquele momento foi

um momento muito diferente para gente, mas a gente realmente não estava preparado para aquele momento. Outro momento, ele também falou: “Titio, eu queria ter o seu cabelo”. Então, ele não gosta de ter o cabelo grande. Hoje ele tem 9 anos, então a gente começou pela Literatura Infantil, a falar dos personagens. Hoje ele já tem uma visão um pouco diferente. A gente não entendeu muito bem, qual foi o momento em que esse trauma surgiu com ele, mas ele ainda tem esse trauma e foi aí que eu percebi que além do tempo que eu ia gastar para ensinar ele coisas que eu poderia ensinar, eu teria também que reservar uma parte desse tempo para tentar resgatar a autoestima dele. Então foi aí que eu entendi, eu realmente nunca sofri um preconceito racial. Mas eu vi a minha mãe sofrer e eu vi o meu sobrinho sofrer então. (...) Então eu agradeço mais uma vez os professores que se prontificaram a discutir esse tema, a ouvir um pouco do tema, a começar a falar do tema. Quem sabe até produzir o tema, então Eleny, eu agradeço a oportunidade. Eu não tenho tanta propriedade para falar porque realmente eu tô no início dessa temática e agradeço a oportunidade (Petiano 3. Transcrito na íntegra da reunião on-line, pelo Google Meet).

Toda essa atividade contribuiu demais, pelo menos para mim, e tá contribuindo. Inclusive ouvir colegas, ouvir a partilha, ouvir as reflexões, o que a senhora acabou de falar e a senhora falou, eu disse assim, gente é isso, a chave é essa porque às vezes a gente fica achando que se a gente não tiver o aparato, né? O embasamento teórico de grandes leituras... a gente não é isso. O importante é ter boa vontade, se a gente tem a boa vontade e a gente está disposto a ouvir, a aprender a traçar novas rotas, as coisas fluem e a gente vai construindo e vai aprender e levanta e cai e é assim. E Nossa tá sendo maravilhoso. (Petiano 4. Transcrito na íntegra da reunião on-line, pelo Google Meet).

Os professores da Escola Municipal Odete de Carvalho dos Santos participaram do minicurso logados pelo e-mail da direção da escola, estavam reunidos em uma sala onde aparentemente era a sala dos professores. Iniciativa interessante, pois, embora o encontro fosse virtual, os participantes reunidos fisicamente foi algo que agradou, criando a sensação de que assim diminuiria a distância existente nas reuniões virtuais. A câmera foi mantida ligada por todo o tempo e, em poucos minutos de minicurso, observamos que, enquanto alguns dos petianos apresentavam, havia uma dispersão. A maioria dos professores realizava alguma outra atividade enquanto falávamos: recortavam papel, possivelmente planejando algo para suas aulas, usavam o celular, outros conversavam entre si e, em um dado momento, em meados do minicurso, muitos haviam se ausentado da sala.

Finalizamos com a participação de apenas duas professoras, o que inicialmente causou uma grande frustração, pois tínhamos expectativas de um diálogo mais amplo. No entanto, optamos por concentrar nossa atenção naqueles que permaneceram presentes, em especial uma professora que contribuiu de forma significativa, tanto verbalmente quanto por meio do chat. Além disso, valorizamos a dedicação e interesse demonstrados pelos petianos em relação ao tema e ao minicurso.

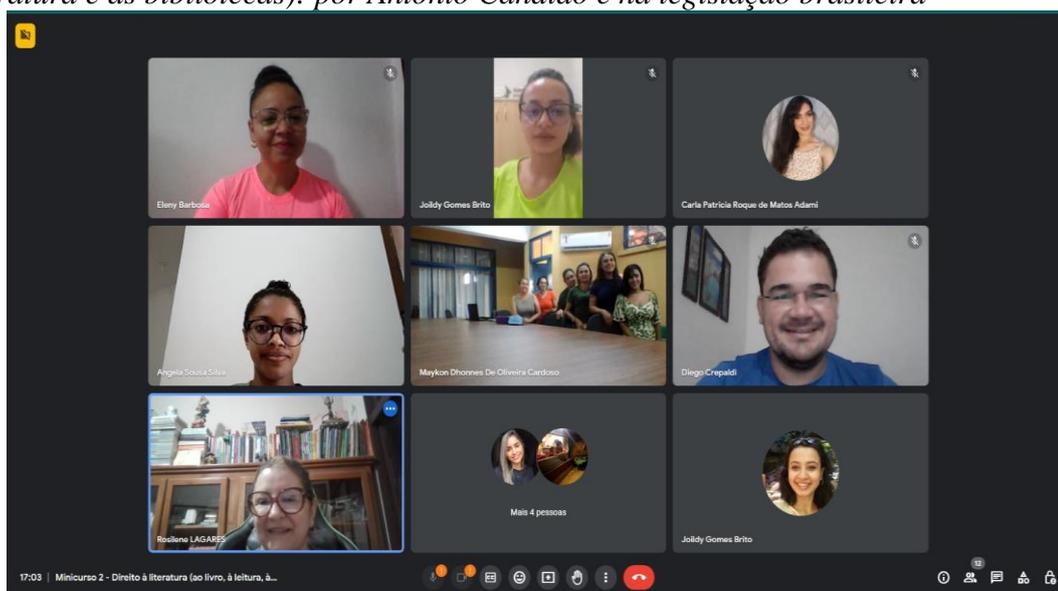
Em sua apresentação, no início do encontro, o diretor afirmou que, durante toda a semana, a rotina da escola estaria bem sobrecarregada, considerando a aplicação das provas do SAEB e ainda o planejamento para a realização da CONAEE 2024, algo totalmente

compreensível, pois de fato há uma mudança e sobrecarga na rotina escolar. A participação dos petianos foi excelente, conduziram com segurança e fizeram ótimas contribuições.

4.2 Minicurso 2 - *Direito à literatura (ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas): por Antônio Candido e na legislação brasileira*

O segundo minicurso *Direito à literatura (ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas): por Antônio Candido e na legislação brasileira* (Imagem 5), foi um trabalho que exigiu bastante zelo, pois tratava-se de levar aos professores alguns dos marcos legais mais relevantes para a leitura e literatura no país e, embora relevante, poderia não ter boa aceitação e participação dos envolvidos. Assim, os petianos realizaram um trabalho no qual pudemos levar as leis que compõem as políticas públicas voltadas para à disseminação da leitura do livro, biblioteca e literatura apresentando-as de forma contextualizada, ilustrando aos presentes o contexto do Brasil que tínhamos em cada uma das conquistas legais, o que certamente despertou maior interesse e participação dos professores.

Imagem 5 - Encontro virtual do Minicurso 2 - *Direito à literatura (ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas): por Antônio Candido e na legislação brasileira*



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

O Quadro 5 apresenta o resumo da proposta do Minicurso 2 *Direito à literatura Direito à literatura (ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas): por Antônio Candido e na legislação brasileira*:

Quadro 5 - Resumo da proposta do Minicurso 2 *Direito à literatura (ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas): por Antônio Candido e na legislação brasileira*

PROPOSTA PARA O MINICURSO 2: DIREITO À LITERATURA (AO LIVRO, À LEITURA, À ESCRITA, À LITERATURA E ÀS BIBLIOTECAS): POR ANTÔNIO CANDIDO E NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	
Duração total:	1h 30
Formato:	Virtual
Participantes:	Professores da Escola Municipal Odete Carvalho dos Santos (Colinas do Tocantins-TO)
Ministrantes:	Estudantes do curso de Pedagogia do Programa Extensão PET PedPalmas/UFT
Coordenação:	Mestranda Eleny Barbosa
Orientadora:	Prof. Dra. Rosilene Lagares
Objetivos:	Refletir sobre o direito à literatura à luz de Antônio Cândido e legislação brasileira
TEMPO	ATIVIDADE
5 min	Acolhida
5 min	O que é indispensável para nós? Pedir aos participantes que escrevam no chat o que é, ao seu ver, indispensável para si.
20 min	Apresentação de Linha do Tempo com as principais legislações ao livro, à leitura e à literatura.
20 min	Leitura <i>Direito à literatura</i> Comentário: Cândido sugere que o indispensável não é apenas aquilo que assegura a sobrevivência física em níveis decentes, como o alimento para a necessidade da fome, mas também aqueles bens que garantem o atendimento de outras necessidades da integralidade humana. Por exemplo, as necessidades psicossociais, que podem ser atendidas na construção de relacionamentos interpessoais; e as necessidades de autorrealização, que podem ser supridas pelo exercício da capacidade de imaginar, desenvolver o autoconhecimento e a empatia.
5 min	O que é indispensável para nós? Com base no estudo e nas discussões, responda mais uma vez ao questionamento inicial no chat.
20 min	Considerações finais

Fonte: Autores (2023)

Cândido (2011), denuncia a negação dos direitos à literatura às classes populares, reivindicando o direito a uma sociedade justa e igualitária, em que a literatura contribua para superação da alienação, da miséria e da servidão das classes dominantes sobre as camadas mais

pobres, denunciando, assim, também a estratificação da sociedade, mediante à falta de acesso à literatura a estes.

Nesse sentido, Cândido (2011) e Todorov (2009) abordam a necessidade de maior formação docente voltada para a leitura literária, inclusive nos cursos de Letras, pois, para eles, este fato está diretamente ligado ao fato de a literatura ser tão pouco abordada em sala de aula.

Toda literatura é um meio de expressão da sociedade, dessa forma, esse conceito conduz a realizarmos várias reflexões, a percorrer diferentes mundos desconhecidos ou pouco explorados, bem como a desenvolver a capacidade de analisar o mundo de maneira crítica. Além disso, a leitura também proporciona uma ampla variedade de ideias e permite vários benefícios para os leitores. Neste âmbito, o direito à literatura torna-se uma necessidade social justamente porque corrobora para a formação de cada cidadão. Assim, para Cândido (2011), a Literatura pode ser um direito tão necessário que se iguale às necessidades mais básicas de um ser humano.

No Brasil, as políticas públicas pertinentes à leitura e à literatura são recentes algumas a partir da década de 90, como a O Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER, instituído pelo Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992 (Brasil, 1992), tem como objetivos promover o interesse nacional pelo hábito da leitura, estruturar uma rede de projetos capaz de consolidar, em caráter permanente, práticas leitoras e criar condições de acesso ao livro.

Em 2003, foi promulgada a Lei nº 10.753/2003, que institui a Política Nacional do Livro, trazendo importantes diretrizes, como:

- I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro;
- II - o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida;
- III - fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;
- IV - estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, tanto de obras científicas como culturais;
- V - promover e incentivar o hábito da leitura;
- VI - propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial;
- VII - competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros nacionais;
- VIII - apoiar a livre circulação do livro no País;
- IX - capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda;
- X - instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro;
- XI - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta lei;
- XII - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura (Brasil, 2003, Art. 1º)

A referida lei dispõe, ainda, no seu Art. 13, que é responsabilidade do poder executivo criar e executar projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura, ampliar os já existentes e implementar, isoladamente ou em parcerias públicas ou privadas, ações em âmbito nacional para o desenvolvimento de programas de incentivo à leitura e para criação e execução de projetos voltados para o estímulo e a consolidação do hábito de leitura mediante revisão e ampliação do processo de alfabetização e leitura de textos de literatura nas escolas, bem como introdução da hora de leitura diária nas escolas (Brasil, 2003).

Em 2005, teve origem o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL, sendo oficializado em 2006 por meio da Portaria Interministerial nº 1.442, de 10 de agosto de 2006 (Brasil, 2006), que consiste em estratégia permanente de planejamento, apoio, articulação e referência para a execução de ações voltadas para o fomento da leitura no país. Tem como objetivos a democratização do acesso ao livro, a formação de mediadores para o incentivo à leitura, a valorização institucional da leitura e o incremento de seu valor simbólico e o desenvolvimento da economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao desenvolvimento da economia nacional.

Publicada em 2018, a Lei n. 13.696 de 12 de julho, instituiu a Política Nacional de Leitura e Escrita. No art. 2º, está explícita a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas. A Lei reconhece a leitura e a escrita como direito de todos. Também trata da criação de políticas de estímulo à leitura a fim de possibilitar o exercício pleno da cidadania e promover a construção de uma sociedade mais justa.

No Art. 3º estão descritos os seguintes objetivos:

- I – **democratizar o acesso ao livro** e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade;
- II – fomentar a formação de mediadores de leitura e **fortalecer ações de estímulo à leitura**, por meio da formação continuada em práticas de leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura, entre outros agentes educativos, culturais e sociais;
- III – **valorizar a leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional** por meio de campanhas, premiações e eventos de difusão cultural do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas; (Brasil, 2018b, Art. 3º, grifo nosso)

A BNCC nos diz que:

Trata-se, assim, de ampliar e diversificar as práticas relativas à leitura, à compreensão, à fruição e ao compartilhamento das manifestações artístico-literárias, representativas da diversidade cultural, linguística e semiótica, por meio: – da compreensão das finalidades, das práticas e dos interesses que movem a esfera artística e a esfera literária, bem como das linguagens e mídias que dão forma e sustentação às suas manifestações; (Brasil, 2018a, p. 156).

Além disso, trazer a literatura como direito essencial à luz de Antônio Candido, causou reflexões bastante interessantes, especialmente pelos nossos aprendizes. “Gostei bastante da proposta, nunca tinha ouvido falar da literatura ser um direito essencial [...] foi muito importante para minha formação.” (Petiana 3- transcrito fielmente do grupo de whatsapp em 31/10/2023)

A reflexão da estudante corrobora com a ideia de que a extensão universitária é um processo formativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora e indispensável entre universidade e sociedade, conforme previsto no Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX) criado em 1987, por reitores de universidades públicas brasileiras, decidido em conselho, visando a institucionalização da extensão. Neste conselho, em 1987, os reitores definiram o conceito de extensão universitária, com o intuito de associar de forma indissociável a extensão junto ao ensino e à pesquisa.

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 1987, p. 11).

Neste encontro, a participação dos petianos foi muito produtiva, os responsáveis por cada atividade conduziram com maestria, não deixando nada a desejar, conforme a proposta, sendo dinâmicos desde o material visual até as falas. Iniciamos com a apresentação de uma linha do tempo que apresenta as políticas públicas de incentivo ao livro, leitura e literatura desde a criação da primeira biblioteca nacional em 1808, que não era pública e pertencia à família real, até o Plano Nacional de Leitura e Escrita em 2018.

4.3 Minicurso 3 - *Formação de leitores literários*

O terceiro minicurso (Imagem 6), *Formação de leitores literários*, aconteceu de forma leve e bastante proveitosa. No encontro, após já termos realizado duas sessões, percebemos que a familiaridade dentro do grupo foi bastante favorável. Isso proporcionou um ambiente no qual os petianos se sentiram mais à vontade para expressar as ideias relacionadas à temática

abordada. Além disso, os professores presentes compreenderam nossa proposta como algo genuinamente agregador à sua prática pedagógica, diferentemente de um trabalho de pesquisa desassociado da realidade escolar.

Imagem 6 - Encontro virtual do Minicurso 3 - Formação de leitores literários



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

O Quadro 6 apresenta o resumo da proposta do Minicurso 3 *Formação de leitores literários*:

Quadro 6 - Resumo da proposta do Minicurso 3 Formação de leitores literários

PROPOSTA PARA O MINICURSO 3: FORMAÇÃO DE LEITORES LITERÁRIOS	
Duração total:	1h 30
Formato:	Virtual
Participantes:	Professores da Escola Municipal Odete Carvalho dos Santos (Colinas do Tocantins-TO)
Ministrantes:	Estudantes do curso de Pedagogia do Programa Extensão PET PedPalmas/UFT
Coordenação:	Mestranda Eleny Barbosa
Orientadora:	Prof. Dra. Rosilene Lagares
Objetivos:	Fazer um estudo fundamentado em Rildo Cosson em sua obra <i>Letramento literário: teoria e prática</i> , especificamente nos artigos <i>A literatura e o mundo</i> , <i>A literatura escolarizada</i> , <i>Aula de literatura: o prazer sob controle?</i> (Cosson 2012)
TEMPO	ATIVIDADE
05 min	Acolhida
10 min	<i>Motivação:</i> sensibilização para a leitura
15 min	<i>Introdução:</i> apresentação do autor e da obra provocando a curiosidade dos estudantes.
20 min	<i>Leitura:</i> do texto em si, que deve ter o acompanhamento do professor.
20 min	<i>Interpretação:</i> em dois momentos, um interior e outro exterior.

20 min

Avaliação: sobre o processo de leitura do texto literário.

Fonte: Autores (2023)

Como formar estudantes leitores? O terceiro minicurso Formação de leitores literários fez um estudo fundamentado em Rildo Cosson em sua obra *Letramento literário: teoria e prática*, especificamente nos artigos *A literatura e o mundo*, *A literatura escolarizada*, *Aula de literatura: o prazer sob controle?* (Cosson 2012). A questão levantada é um dos dos principais desafios dos professores em todos os níveis de ensino, especialmente porque não é possível, segundo ele, aceitar que a simples atividade de leitura seja considerada atividade escolar de leitura literária.

Como promover a leitura literária em um mundo em que as novas tecnologias como internet, televisão, celular competem e dividem a atenção e o interesse dos estudantes? São essas e outras questões que Cosson (2012) tenta responder e que refletiremos durante o desenvolvimento do minicurso. Para o autor, a literatura deve ser ensinada na escola e construída a partir dos mecanismos que a escola desenvolve para a proficiência da leitura literária.

[...] devemos compreender que o letramento literário é uma prática social e, como tal, responsabilidade da escola. A questão a ser enfrentada não é se a escola deve ou não escolarizar a literatura, como bem nos alerta Magda Soares, mas sim como fazer essa escolarização sem descaracterizá-la, sem transformá-la em um simulacro de si mesma que mais nega do que confirma seu poder de humanização (Cosson, 2012, p. 23).

No que se refere às práticas pedagógicas, Cosson (2012) mostra quatro etapas da sequência básica e que fizemos uso no decorrer no minicurso: *a motivação*, momento em que é feita a sensibilização dos estudantes para a leitura, de modo a despertar o interesse dos mesmos para o desenvolvimento da atividade; *a introdução*, na qual é feita a apresentação do autor e da obra provocando a curiosidade dos estudantes; a terceira etapa é a *leitura do texto em si*, que deve ter o acompanhamento do professor. O autor chama esse acompanhamento de “intervalos”, no qual há a possibilidade de aferição da leitura; a última etapa é *a interpretação*, e, para o autor, ela se dá em dois momentos, um interior e outro exterior. O momento interior compreende a decifração, e é chamado de “[...] encontro do leitor com a obra” (Cosson, 2012, p. 65) e não pode ser de forma alguma substituído por algum tipo de intermediação como resumo do livro, filmes, minisséries. Já o momento exterior é a “[...] materialização da interpretação como ato de construção de sentido em uma determinada comunidade” (Cosson, 2012, p. 65).

Há ainda, a sequência expandida, outra orientação prática feita por Cosson (2012), que tem as mesmas etapas que a sequência anterior, no entanto, na expandida há dois momentos de interpretação. Um deles é a compreensão global dos textos, incluindo alguns aspectos formais e o segundo momento da interpretação é o aprofundamento de um dos aspectos do texto que seja mais pertinente para os propósitos do professor.

Nessa etapa, o autor afirma sobre a importância de se valorizar a intertextualidade, explorando os diálogos possíveis com outras obras, tanto as que a precedem, quanto as que lhe são posteriores. Cosson ainda acrescenta que:

O professor não deve procurar pelas respostas certas, mas sim pela interpretação a que o aluno chegou como ele pensou aquilo. O objetivo maior da avaliação é engajar o estudante na leitura literária e dividir esse engajamento com o professor e os colegas - a comunidade de leitores (Cosson, 2012, p. 113).

Assim, o autor aborda sobre avaliação do processo de leitura do texto literário, respeitando o estudante como o centro do processo de ensino e aprendizagem, considerando seus avanços e suas dificuldades.

4.4 Minicurso 4 - *A importância da leitura literária na constituição identitária dos aprendizes*

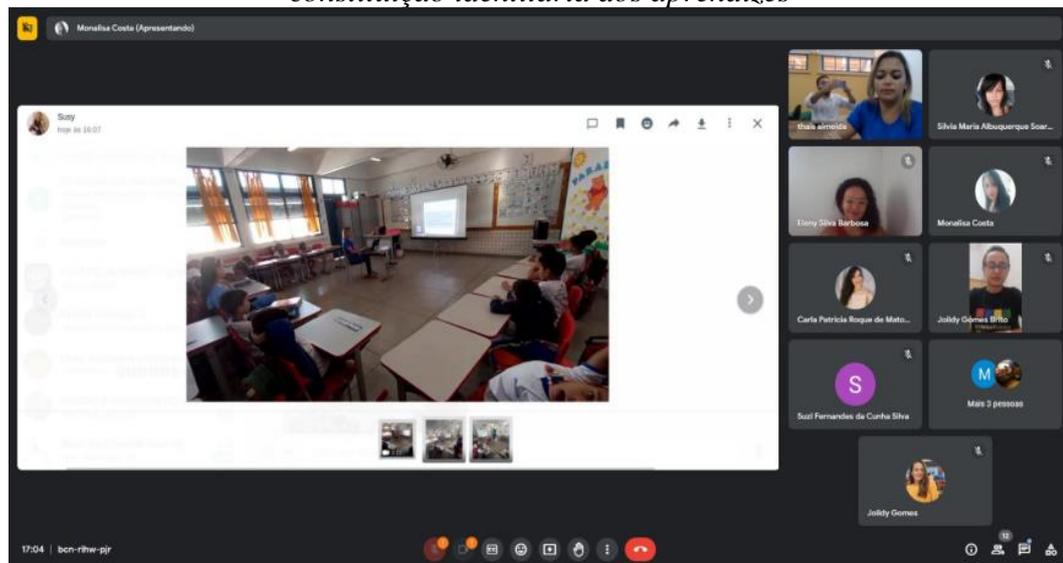
Em 14 de novembro de 2023, ministramos o quarto minicurso sobre *A importância da leitura literária na constituição identitária dos aprendizes* (Imagem 7a e 7b). O evento contou com a participação de dez pessoas, entre as coordenadoras, estudantes petianos e professores da escola receptora da pesquisa.

Imagem 7a - Encontro virtual do Minicurso 4 - *A importância da leitura literária na constituição identitária dos aprendizes*



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Imagem 7b - Encontro virtual do Minicurso 4 - *A importância da leitura literária na constituição identitária dos aprendizes*



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

O último minicurso foi muito especial, por várias razões, pois foram dias intensos, de muito trabalho, pesquisa e orientação aos estudantes aprendizes, aqui chamados de petianos. Durante a preparação do material, também aprendia e havia a preocupação em oferecer algo que pudesse contribuir com a formação acadêmica e ainda que fosse significativo e interessante para eles, para que pudessem participar efetivamente dos minicursos com segurança e discurso de credibilidade. Chegando ao final da proposta, veio a satisfação pelo dever cumprido.

Enfim, foi uma experiência incrível e que fechamos com a participação dos professores da Escola Municipal Odete de Carvalho dos Santos, apresentando algumas experiências

desenvolvidas em sala de aula que poderiam demonstrar a transposição didática do que fora trabalhado durante os encontros. Pudemos vivenciar o que afirma Saviani (2019), sobre a questão fundamental da relação entre teoria e prática como ponto central da pedagogia, esta entendida como “teoria da educação”.

O Quadro 7 apresenta o resumo da proposta do Minicurso 4 *A importância da leitura literária na constituição identitária dos aprendizes*:

Quadro 7 - Resumo da proposta do Minicurso 4 *A importância da leitura literária na constituição identitária dos aprendizes*

PROPOSTA PARA O MINICURSO 4: A IMPORTÂNCIA DA LEITURA LITERÁRIA NA CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DOS APRENDIZES	
Duração total:	1h 30
Formato:	Virtual
Participantes:	Professores da Escola Municipal Odete Carvalho dos Santos (Colinas do Tocantins-TO)
Ministrantes:	Estudantes do curso de Pedagogia do Programa Extensão PET PedPalmas/UFT
Coordenação:	Mestranda Eleny Barbosa
Orientadora:	Prof. Dra. Rosilene Lagares
Objetivos:	Compreender a leitura literária como importante contribuição para a constituição identitária dos estudantes, fortalecendo assim o seu papel dentro e fora do contexto escolar.
TEMPO	ATIVIDADE
05 min	Acolhida
15 min	Leitura do poema <i>Contranarciso</i> de Leminski (2013) Comentário para o grupo: Abrir a câmera e áudio e lermos juntos. No poema narra a mescla de identidades e a fusão que estabelecemos com o outro. Lemos nos versos, ao mesmo tempo, uma inquietação por não sermos únicos, fechados e encerrados, mas, também, a alegria de partilharmos com o outro, de celebrarmos a diferença, deglutindo aquilo que não somos e nos oferecendo para a troca.
30 min	Leitura Cosson (2012)
30 min	Retomada do minicurso 01 Literatura negra infantil Qual a relação do minicurso 01 com o texto de Cosson (2012)? Retomar as principais discussões.
05 min	Padlet ou nuvem de palavras para evidenciar as contribuições do grupo
15 min	Considerações finais e agradecimentos

Fonte: Autores (2023).

Iniciamos o momento com uma breve apresentação dos professores presentes, tendo em vista que havia participação de alguns que não participaram conosco em outros momentos. Em

seguida, seguimos para a apresentação do minicurso do dia, orientamos e realizamos a leitura do poema *Contranarciso* de Paulo Leminski, fazendo uma leitura coletiva, com câmeras e áudios abertos para dar ênfase à ideia de que “[...] estou no outro e o outro em mim” (Leminski, 2013). Retomamos os minicursos anteriores de maneira breve, mas necessária, pois tudo o que foi compartilhado nos encontros levou-nos a compreender que a literatura contribui significativamente para a formação identitária dos aprendizes.

Após a apresentação da obra *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*, de Mia Couto, promovemos um diálogo sobre a relevância da leitura literária na formação da identidade dos aprendizes. Em seguida, introduzimos o momento *Memórias*, no qual compartilhamos histórias que nos marcaram durante nossa trajetória escolar. Foi um momento enriquecedor, pois permitiu ouvir relatos dos professores sobre experiências que tiveram impacto significativo em suas vidas como leitores. Alguns desses relatos abordaram situações tanto positivas quanto negativas, como o caso de uma professora que mencionou ter lido, ainda na quarta série, o livro *O Guarani*, de José de Alencar. Essa experiência gerou uma rejeição à leitura na época, pois ela não se sentiu capaz de compreender a obra devido à sua idade e maturidade naquele momento. Somente mais tarde, ao ter acesso a outros livros, ela conseguiu superar esses bloqueios e voltou a apreciar a leitura.

No momento *Compartilhando Experiências*, os professores participantes compartilharam suas vivências com atividades de leitura literária em sala de aula. Foi um momento gratificante, marcado pelo empenho no trabalho desenvolvido, pelas reflexões compartilhadas e pela troca de experiências. Os mesmos relataram que houve uma significativa participação das crianças (estudantes), ao aplicarem os estudos fomentados nos minicursos, em momentos de leitura que certamente serão lembrados e que contribuirão para a formação dos leitores que almejamos formar.

Durante esses debates, refletimos sobre a prática docente e sobre como o professor tem a oportunidade de ressignificar seus conhecimentos, seja a partir de sua experiência em sala de aula, da formação inicial e continuada ou dos diálogos com seus pares, incluindo os professores aprendizes.

Coadunando com as ideias de Candido (2011), que apresenta a literatura como um direito humano, uma necessidade universal, uma manifestação de todos os homens, em todos os tempos, em todos os níveis sociais, o quarto e último minicurso *A importância da leitura literária na constituição identitária dos aprendizes* trouxe um diálogo entre o texto *Em mim eu vejo o outro: a literatura e a formação identitária de leitores*, (Silva; Silva; Silva, 2020), que partilha alguns conhecimentos e experiências vivenciadas no âmbito do projeto de pesquisa

intitulado *A leitura literária na escola: reflexões sobre a formação identitária do leitor nos anos iniciais do Ensino Fundamental*, vinculado ao Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e à linha de pesquisa Leitura, Literatura e Direitos Humanos e *A literatura e o mundo*, de Rildo Cosson. Ambos tratam da relevância da leitura literária no processo de constituição leitora.

Dessa forma, buscamos, de forma efetiva, desenvolver nos estudantes uma consciência da sua identidade, bem como o sentimento de empatia pelo próximo. Com isso também, será possível mostrar para os estudantes o mundo através do olhar literário, e isso também contribuirá para uma melhor visão daquilo que os rodeia, seja em casa, na escola ou na sociedade.

A experiência literária não só nos permite saber da vida por meio da experiência do outro, como também vivenciar essa experiência. Ou seja, a ficção feita palavra na narrativa e a palavra feita matéria na poesia são processos formativos tanto da linguagem quanto do leitor e do escritor (Cosson, 2012, p. 17).

Com isso, a literatura também contribui para a criticidade do estudante, sendo essencial para o crescimento educacional da criança/estudante, pois refletirá na sua formação para além dos muros da escola. A literatura, como já mencionado, contribui na construção da personalidade do estudante, ajudando a criar as suas próprias concepções sobre sua realidade de vida, refletindo sobre o seu papel social e desenvolvendo a sua autonomia. Em suma, a leitura é uma prática social indispensável para a vida do homem contemporâneo.

Para Cosson (2012), é fundamental que seja colocada, como foco das práticas literárias na escola, a leitura efetiva dos textos, e não as informações das disciplinas que ajudam a construir essas leituras. Essa leitura não pode ser realizada, simplesmente pelo prazer absoluto de ler. "Por fim, devemos compreender que o letramento literário é uma prática social e, como tal, responsabilidade da escola" (Cosson, 2012, p. 23).

À luz desse pensamento compreendemos que a leitura é uma troca de sentidos para além da relação leitor/escritor/texto. É uma troca de sentidos social, um compartilhamento de visões do mundo entre os homens no espaço e tempo. Cabe, então, à escola além de desenvolver a fluência leitora e promover momentos prazerosos de leitura, especialmente fornecer instrumentos necessários para conhecer e articular com proficiência o mundo feito pela linguagem.

O último minicurso trouxe reflexões sobre como as práticas de leitura devem, portanto, ser significativas e tenha o processo como o foco, contemplando suas várias etapas,

promovendo o envolvimento e protagonismo de quem lê, de modo a compreenderem a leitura literária como a possibilidade do leitor poder se mover e construir o mundo e a ele mesmo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Dissertação, vinculada ao PPGE/UFT, Linha de Pesquisa: Estado, Sociedade e Práticas Educativas, abordou a temática da formação inicial e continuada de professores, do direito à literatura e da formação de leitores literários, tendo por foco o Projeto Direito à Literatura do PedPalmas/UFT, uma atividade de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvida desde 2021.

Tendo por objetivo compreender o Projeto Direito à Literatura, uma atividade de ensino, pesquisa e extensão do PET PedPalmas, como estratégia para formação de professores aprendizes na formação de leitores literários nos anos iniciais do ensino fundamental, a pesquisa apresentou reflexões considerando as contribuições teórico-metodológicas e os resultados obtidos proporcionaram um aprofundamento nos conhecimentos sobre a extensão universitária no Brasil, particularmente no âmbito da UFT, Campus de Palmas. Além disso, ofereceu insights sobre as percepções dos universitários participantes do projeto de extensão PET PedPalmas/UFT acerca das contribuições das atividades extensionistas para sua formação acadêmica, profissional e pessoal.

Buscamos, por meio deste trabalho, suscitar reflexões sobre as concepções de leitura literária, abordar questões relativas ao direcionamento pedagógico desse processo e discutir alternativas no âmbito docente que possam proporcionar aos estudantes experiências de leitura prazerosas, estimulantes à imaginação e propícias para a compreensão da realidade e da cultura que os cercam.

Com as considerações dos graduandos participantes durante todo o processo da pesquisa, chegou-se à conclusão de que consideram a extensão universitária importante, à medida que proporciona a integração acadêmico e escola, onde experimentam durante sua formação, experiências que serão vivenciadas futuramente no exercício da função. Ademais, a atividade de extensão serve também para ampliar o conhecimento adquirido na universidade, possibilitando a transposição didática, ou seja, a aplicação daquilo que é trabalhado em sala de aula. A pesquisa apontou ainda que os bolsistas valorizam a extensão e entendem como um diferencial em sua formação.

Este estudo de caso concluiu que as atividades promovidas pelo projeto de extensão proporcionam aos bolsistas uma visão mais madura em relação à profissão docente. O diálogo estabelecido com profissionais experientes contribui significativamente para o desenvolvimento de uma compreensão ampliada do contexto social, indo além do que a universidade, isoladamente, seria capaz de proporcionar. A formação acadêmica torna-se mais

significativa, uma vez que os acadêmicos passam a compreender melhor seu espaço de atuação profissional, mesmo antes de concluírem o curso. Assim, por meio das atividades da extensão, é possível perceber a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

As atividades propostas nos minicursos tiveram como pontos positivos a promoção de discussões acerca da literatura tendo em vista que muitos graduandos vivenciaram leituras literárias superficialmente na educação básica e puderam ampliar conceitos com base nos estudos, planejamento e execução das atividades. Desenvolver a pesquisa com a participação de graduandos e professores regentes de turma também serviu como provocação para que os envolvidos percebam a literatura para além da organização didática que comumente é apresentada no cotidiano escolar, como bem reforçamos durante toda a formação e no decorrer deste texto. Como pontos a serem repensados, um em especial, merece maior atenção que é a formação do professor para o ensino da literatura nas séries iniciais, pois é necessário profissionais preparados para assim formarmos bons leitores literários, tão relevante para a formação global do sujeito.

Trabalhar a temática da literatura negra proporcionou reflexões acerca da literatura como fator importante para a constituição identitária dos aprendizes sendo que essas serão configuradas através dos modelos sociais e/ou paradigmas que a eles forem apresentados e o âmbito escolar é espaço oportuno para a desconstrução dentre outros aspectos, também de uma literatura colonizada. Portanto, compreender a literatura negra como orgânica, fruto da criatividade e também de vivências de pessoas negras, com protagonistas negros, onde o aprendiz possa se reconhecer como autor e receptor, é entender que a literatura pode e deve ser democrática ampliando os lugares de fala e repercussão, estabelecendo um processo em que, ao se reconhecer os aprendizes, elevem sua autoestima e sintam sua existência valorizada proporcionando a eles, o conhecimento e a consciência da valorização e respeito pelos diferentes grupos étnicos, bem como por suas manifestações culturais. Reflexões necessárias para quem já se encontra inserido no processo educacional na educação básica, como para quem, como os petianos, estão em preparação para a regências nas séries iniciais do ensino fundamental.

Como proposições a futuras pesquisas, ao que se refere à dimensão social do Programa de extensão PET PedPalmas/UFT, cuja temática da pesquisa é a ação Direito à Literatura, identificamos na pesquisa que o Programa vem desenvolvendo as suas atividades de maneira abrangente, atendendo às demandas dos graduandos, bem como a expansão das suas atividades para a comunidade externa à universidade, no caso específico desta pesquisa, a Escola Municipal Odete de Carvalho dos Santos, com o incremento das atividades desenvolvidas,

podemos projetar a ampliação de ações para outras unidades escolares e agregando também outros graduandos, para que possamos contribuir, mesmo que de forma indireta, com a formação de maior número de aprendizes que serão beneficiados com melhor preparo dos profissionais para o ensino da literatura.

Como uma análise final, trazemos a reflexão sobre a necessidade de se zelar pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tanto nas atividades desenvolvidas dentro das universidades, sobretudo nos cursos de formação de professores, quanto nas escolas de educação básica, uma vez se compreender a imprescindibilidade desse tripé para o desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem, verdadeiramente significativo.

Só assim, o processo de implementação e consolidação de ações e políticas voltadas ao direito à literatura para a educação básica, bem como aos cursos de formação de professores, será possível e trará frutos, que contribuirão para a superação da estratificação social, empoderamentos dos sujeitos em seus lugares de fala, superação de preconceitos, dentre tantas e infinitas vantagens proporcionadas pela literatura.

REFERÊNCIAS

- AZANHA, José Mário Pires. Uma reflexão sobre a formação do professor da escola básica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 369-378, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/y47PZxkGrJrbDvx5hQkHVvF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- BELO, Roberto. Políticas públicas de incentivo ao livro, leitura e literatura. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 26, n. 52, p. 183-203, 9 jul. 2016. DOI: <https://doi.org/10.22409/cadletrasuff.2016n52a164>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/43527>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 ago. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992**. Institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0519.htm. Acesso em: 25 ago. 2023.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 09 de 8 de maio de 2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_009.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a Política Nacional do Livro. Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.753.htm. Acesso em: 25 ago. 2023.
- BRASIL. **Portaria Interministerial n. 1442, de 10 de agosto de 2006**. Institui o Plano Nacional do Livro e Leitura. MEC/MinC. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 154, p.18-19, 11 ago. 2006. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/legislacao/migrado2046/>. Acesso em: 05 ago. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011**. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura -PNLL e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm. Acesso em: 25 ago. 2023.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 05 ago. 2022. **2018a**.
- BRASIL. **Lei Federal no. 13.696, de 12 de julho de 2018**. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 134, p.1, 13 jul.2018.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13696-12-julho-2018-786975-publicacaooriginal-156036-pl.html>. Acesso em: 05 ago. 2022. **2018b**.

BUENO, L. **A construção de representações sobre o trabalho docente: o papel do estágio**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CÂNDIDO, Antônio. **O direito à literatura**. In: CÂNDIDO, Antônio. *Vários Escritos*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/São Paulo: Duas Cidades, 2011.

CASTRO, Ana Luiza Martinez de Azevedo. **O intercâmbio entre direito e literatura à luz da vida e obra de Machado de Assis – “Dom Casmurro”**. 33f. 2019. Trabalho de Graduação Interdisciplinar (Bacharelado em Direito) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

COLETIVO LEITOR. **Direito à Literatura: uma necessidade social**. 2019. Disponível em: <https://www.coletivoleitor.com.br/direito-a-literatura/#:~:text=O%20direito%20%C3%A0%20literatura,-A%20Lei%20n&text=No%20art.,escrita%20como%20direito%20de%20todos>. Acesso em: 05 ago. 2022.

COLINAS DO TOCANTINS-TO (Município). **Projeto Político Pedagógico (PPP 2021-22): Escola Municipal Professora Odete Carvalho dos Santos**. Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Colinas do Tocantins, TO, 2021.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2012.

CUNHA-FILHO, Francisco Humberto. **Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010. – (coleção consciência em debate/coordenada por Vera Lúcia Benedito)

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. 6, ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2014.

DE AMORIM, A. D.; DA SILVA FERNANDES, M. J. A formação inicial, a prática pedagógica e o processo de tornar-se professor. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 14, n. 30, p. 85-110, 2018. DOI: 10.22481/praxis.v14i30.4362. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4362>. Acesso em: 3 abr. 2024.

DENZIN, Norman. K.; LINCOLN, Yvonna. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**; 2.ed. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.) **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, vol. 4: História, teoria, polêmica.

DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.) **Por um conceito de literatura afro-brasileira**. *Rassegna iberística*, v. 37, n. 102, 2014. p. 259-279. DOI:10.14277/2037-6588/29p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/308782497_Por_um_conceito_de_literatura_afro-brasileira. Acesso em: 05 ago. 2022.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. São Paulo: Loyola, 2011.

FERNANDEZ, Cida. Literatura como direito humano. **Revista Emília**, abr. 2020. Disponível em: <https://emilia.org.br/literatura-como-direito-humano/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Ed. 3. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORPROEX. **I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Brasília-Df: Unb, 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2023.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. Ed—São Paulo: Cortez, 2010.

FUZA, Ângela Francine; RITTER, Lilian Cristina Buzato. Práticas de leitura/análise linguística com tira em quadrinhos no ensino fundamental: uma proposta didático-pedagógica. In: PEREIRA, Rodrigo Acosta Pereira; COSTA-HÜBES, Terezinha da Conceição [Orgs.]. **Prática de análise linguística nas aulas de Língua Portuguesa**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 529p.

GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2001.

GERALDI, João Wanderley. **Linguagem e Ensino: exercícios de militância e divulgação**. 2. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas S.A: São Paulo-SP, 2010.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **A discussão sobre o direito à literatura em Antônio Cândido**. Embargos Culturais, jan. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jan-26/embargos-culturais-discussao-direito-literatura-antonio-candido>. Acesso em: 17 ago. 2022.

KLEIMAN, Ângela. (org.). **A formação do professor**. Campinas: Mercado das Letras, 2001. p.313-335.

LAGARES, Rosilene (Org.). **O PET no Universo Infantil: histórias que ninguém ouviu** (2021). 1. ed. Programa de Educação Tutorial do Curso de Pedagogia do Campus de Palmas da Universidade Federal do Tocantins (PET PedPalmas/UFT). Palmas: i-Acadêmica, 2021.

LEMINSKI, Paulo. **Toda a poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013

MAGALHÃES, Milton. **Direito à literatura: uma necessidade social**. Coletivo Leitor. 2019. Disponível em: <https://www.coletivoleitor.com.br/direito-a-literatura/#:~:text=O%20direito%20C3%A0%20literatura,->

A%20Lei%20n&text=No%20art.,escrita%20como%20direito%20de%20todos. Acesso em: 05 ago. 2022.

MARTINS, Silvana Neumann. **Educação Empreendedora transformando o ensino superior**: diversos olhares estudantes sobre professores empreendedores. Tese de Doutorado em Educação. Porto Alegre: PUCRS, 2010.

NOGUERA, Renato. **Nana & Nilo**: aprendendo a dividir. Ilustrações de Sandro Lopes. Rio de Janeiro: Hexis, 2012. (infantil). 2012a

NOGUERA, Renato. **Nana & Nilo**: que jogo é esse? Ilustrações de Sandro Lopes. Rio de Janeiro: Hexis, 2012. (infantil). 2012b

NOGUERA, Renato. **Nana & Nilo e os animais**. DVD musical, com oito clipes infantis originais. Rio de Janeiro: Clone Carioca, 2018. 2018a

NOGUERA, Renato. **Nana & Nilo na cidade verde**. Ilustrações de Sandro Lopes. Rio de Janeiro: Chave, 2018. (infantil). 2018b

OST, François. **Contar a Lei – as fontes do Imaginário Jurídico**. São Leopoldo: Unisinos, 2004, p.50.

PINHEIRO, Gustavo Barbosa Aires. 47f. 2007. **Diálogos entre direito e literatura**. O Grande Sertão: Veredas: “Existe é homem humano. Travessia”. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor reflexivo: construindo uma crítica. In: PIMENTA, S. G; GHEDIN, Evandro (orgs). **Professor Reflexivo no Brasil – Gênese e Crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

PORTO, Ana Paula Teixeira; SILVA, Denise Almeida; RETTENMAIER, Miguel. Formação de leitores no brasil: um processo de vários nós. **Revista Língua & Literatura**, [s. l], v. 17, n. 30, p. 27-37, dez. 2015. Mensal. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/view/2105>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira (Org.). **Universidade e compromisso social**: Brasília, 25 e 26 de agosto de 2005. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP, 2006. 244 p. – (Coleção Educacional Superior em Debate; v. 4) ISBN: 85-86260-39-8. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_da_educacao_superior/universidade_e_compromisso_social.pdf. Acesso em: 17 nov. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano**: novas aproximações/Dermeval Saviani- Campinas, SP: Autores Associados, 2019

SILVA, Kátia Augusta Pinheiro Cordeiro Curado da. Políticas de formação de professores: construindo resistências. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 23, p. 307-320, jul./out. 2018. <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v12i23.857>. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/857/pdf>. Acesso em: 05 ago. 2022.

SILVA, Erica Bastos; SILVA, Núbia Lúcia Novais Borges; SILVA, Patrícia de Jesus. “**Em mim eu vejo o outro**”: a literatura e a formação identitária de leitores. *In* Entre olhares, escutas e palavras: o direito à arte e à educação / Organizadoras: Alessandra Gomes, Mônica Gomes da Silva e Erica Bastos da Silva. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2020.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TODOROV, Tzvetan, 1939. **A leitura em perigo**. Tradução Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

UFT. Universidade Federal do Tocantins. **Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso de Pedagogia do Campus de Palmas**. Aprovado pela Resolução nº 04/2007 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). Palmas, TO, 2007.

UFT. Universidade Federal do Tocantins. **Programa de Educação Tutorial do Curso de Pedagogia do Campus de Palmas**. Planejamento Anual de Atividades do PET PedPalmas. Palmas, TO, 2018.

UFT. Universidade Federal do Tocantins. **Programa de Educação Tutorial do Curso de Pedagogia do Campus de Palmas**. Planejamento Anual de Atividades 2020. UFT: Palmas, TO, 2020.

UFT. Universidade Federal do Tocantins. **Programa de Educação Tutorial do Curso de Pedagogia do Campus de Palmas**. Planejamento Anual de Atividades 2021. UFT: Palmas, TO, 2021.

UFT. Universidade Federal do Tocantins. **Programa de Educação Tutorial do Curso de Pedagogia do Campus de Palmas**. Planejamento Anual de Atividades 2022. UFT: Palmas, TO, 2022.

APÊNDICES

Apêndice I - Slides do minicurso 1

A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA NEGRA INFANTIL

Duração: 1 h 30 min
Formato: virtual
Participantes: Professores da Escola Odete Carvalho dos Santos-Colinas/TO.
Ministrantes: Alunos do curso de Pedagogia do Programa Extensão PET/PED Palmas-TO
Coordenação: Mestranda Eleny Barbosa
Orientadora: Prof Dra. Rosilene Lagares

Objetivo: Desenvolver um minicurso sobre literatura negra e periférica focada na literatura infantil.



INTRODUÇÃO

Nossa proposta de pesquisa tem como um dos objetivos desenvolver um minicurso sobre literatura negra e periférica focada na literatura infantil, uma discussão urgente e necessária. Para termos o diálogo inicial com os professores, realizaremos uma leitura sobre o conceito de Literatura Afro-brasileira apontado pelo Professor Eduardo de Assis Duarte (2010) como algo em construção, e o conceito de Literatura Negra, exposto por Cuti (2010) como representatividade e resistência. As duas abordagens subsidiarão nossos estudos, pois conforme formos aprofundando as leituras, poderemos apreender que os dois posicionamentos contribuem significativamente para nossas análises e discussões.

QUEM SÃO NOSSOS HEROIS?



ESCREVA NA NUVEM DE PALAVRAS, LINK DISPONÍVEL NO CHAT.



O minicurso "**A importância da literatura negra infantil**" está voltado, portanto, para literatura negra infantil e terá como corpus do trabalho o gênero discursivo tira em quadrinhos, cuja proposta é desenvolver um trabalho de leitura literária que iniciará com as tirinhas e levar até a leitura de obras literárias com a mesma temática e de autoria de escritores que valorizem e respeitem as origens e identidade negra em seus escritos.

Campos de atuação na BNCC- língua portuguesa

São as áreas de uso da linguagem nas diversas situações do cotidiano. Esses campos se dividem em cinco:

1. Campo de atuação na vida cotidiana
2. Campo artístico/literário
3. Campo de estudo e pesquisa
4. Campo de atuação na vida pública
5. Campo jornalístico midiático



HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA – BNCC

CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO – Campo de atuação relativo à participação em situações de leitura, fruição e produção de textos literários e artísticos, representativos da diversidade cultural e linguística, que favoreçam experiências estéticas. Alguns gêneros deste campo: lendas, mitos, fábulas, contos, crônicas, canção, poemas, poemas visuais, cordéis, quadrinhos, tirinhas, charge/ cartum, dentre outros.

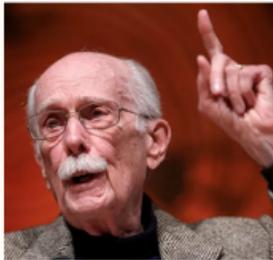
Formação do leitor literário (EF15LP15) Reconhecer que os textos literários fazem parte do mundo do imaginário e apresentam uma dimensão lúdica, de encantamento, valorizando-os, em sua diversidade cultural, como patrimônio artístico da humanidade.

Formação do leitor literário/Leitura multissemiótica- EF15LP18) Relacionar texto com ilustrações e outros recursos gráficos.



LITERATURA

A literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade.



Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações.

Antônio Candido, 2011

O que você entende por Literatura Negra e Afro-brasileira?

Por um conceito de literatura afro-brasileira¹

Eduardo de Assis Duarte*

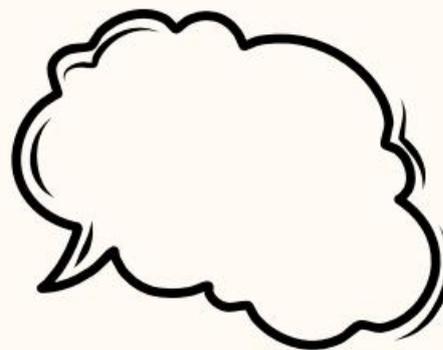
No alvorecer do século XXI, a literatura afro-brasileira passa por um momento rico em realizações e descobertas, que propiciam a ampliação de seu *corpus*, na prosa e na poesia, paralelamente ao debate em prol de sua consolidação acadêmica enquanto campo específico de produção literária – distinto, porém em permanente diálogo com a literatura brasileira *tout court*. Enquanto muitos ainda indagam se a literatura afro-brasileira realmente existe, a cada dia a pesquisa nos aponta para o vigor dessa escrita: ela tanto é contemporânea, quanto se estende a Domingos Caldas Barbosa, em pleno século XVIII; tanto é realizada nos grandes centros, com dezenas de poetas e ficcionistas, quanto se espraia pelas literaturas regionais.

Pensar o tema do **Negro**, enquanto individualidade e coletividade, inserção social e memória cultural.



Classificar, por si só, não é conhecer. Mas pode ser um momento preparatório do conhecimento (CUTI, 2010).

QUEM SÃO NOSSOS HEROIS?



VAMOS LER?

TIRINHAS
NANA
& **NILO**

Nana, Nilo, agora vamos brincar de Super-herói!



Mas que herói, Zemi?



Já sei, eu vou ser Zumbi dos Palmares!



VAMOS LER?

NANA
& **NILO**



Mulemba

É uma árvore com mais de 1.000 anos, nascida no continente africano, se mudou para o Brasil em 1800, acompanha a família dos gêmeos desde então, dotada de grande sabedoria e poderes mágicos, a árvore voadora sempre encontra uma maneira de ajudar as crianças a descobrir horizontes desconhecidos e ampliar o conhecimento.

Gino



É um pássaro verde com poderes mágicos; muito falante ele adora fazer uma pergunta atrás da outra. Muito atencioso, ele é capaz de observar e descobrir coisas que alegrem e entristecem a dupla gêmeas.



Nana

É uma menina de sete anos de idade, mora com os pais e seu irmão gêmeo Nilo. Ela é muito curiosa, gosta de fazer novas amizades. Dona de uma coleção de bonecas de vários lugares do mundo.



Nilo

Adora descobrir novos brinquedos e aprender brincadeiras, muito amigo da irmã, Nana, ele gosta de ouvir o passarinho Gino. Nilo gosta de ensinar todas as brincadeiras novas que aprende para seus amigos.

Gênero textual Tira

É uma sequência de quadrinhos que geralmente faz uma crítica aos valores sociais. Este tipo de texto humorístico é publicado com regularidade. Pode-se dizer que são como as histórias em quadrinhos (HQ's), porém bem mais curtas. As tirinhas podem estar contidas em jornais, revistas e em sites da Internet.

Apresenta

- balões de variados tipos e formas que mostram os diálogos dos personagens ou suas ideias.
- elementos básicos de narrativa, tais como personagens, enredo, lugar, tempo e desfecho;
- sequência de imagens que montam uma cena.

A **multimodalidade** é conceituada como uma multiplicidade de linguagens articuladas que contribuem para a construção de significados no texto. Um texto multimodal apresenta um repertório variado de recursos semióticos (escritos, orais, visuais, gestuais, entre outros) geradores de sentidos, mobilizados organizadamente em contextos de produção.

VAMOS LER



A sequência apresentada a seguir segue o modelo de trabalho orientado por Fuza e Ritter (2021) em seu estudo “Práticas de leitura/análise linguística com tira em quadrinhos no ensino fundamental: uma proposta didático-pedagógica”.

a proposta é explorar a:

dimensão social (produção, recepção e circulação do texto) e **verbo-visual** (conteúdo temático, estilo, composição do texto).



Observando os elementos constitutivos do texto



Os quadrinhos



Observando os elementos constitutivos do texto



a) Por que a terceira personagem pergunta se a luta contra a discriminação racial é só em novembro? O que acontece em novembro na luta contra discriminação racial?

b) O olhar da personagem demonstra curiosidade, raiva ou insegurança? Como podemos comprovar?

Observando os elementos constitutivos do texto



Sobre a linguagem verbal escrita (elo com a visual)

a) Porque a Nina afirma que ela e Nilo estão na luta contra a discriminação racial?
b) A Nina e o Nilo parecem felizes ao segurar a faixa? Como conseguimos confirmar isso?

Observando os elementos constitutivos do texto



a) Nina explica para Alice: "Não, Alice. Esse problema existe todo dia!"
A qual problema Nina está se referindo?

b) O olhar de Nina e Nilo ainda tão alegres como no primeiro quadrinho?
Como podemos comprovar?

Etapas a serem consideradas para a leitura do texto

Dimensão social	Esferas de produção, circulação e recepção
	Época e local de circulação
	Produtor/autor
	Destinatário/interlocutor
	Finalidade
Dimensão verbo-visual	Relações dialógicas e horizonte apreciativo-ideológico (do locutor e do interlocutor)
	Conteúdo temático
	Construção composicional
	Estilo (marcas linguístico-enunciativas)

Sugestão para a próxima tirinha: trabalhar com o imaginário infantil sobre quais heróis negros e negras tem nas mídias...



REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA LITERATURA INFANTIL:

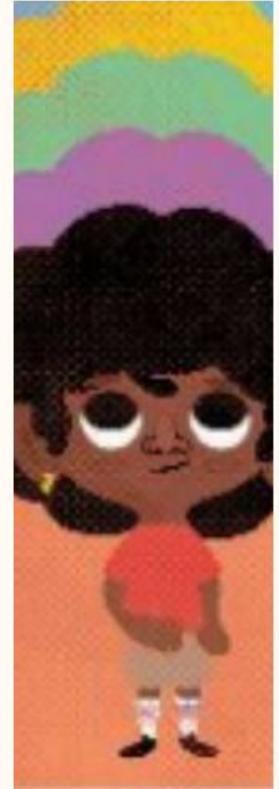
**Não há melhor palco
para um pensamento
que dança do que o lado
de dentro da cabeça
das crianças.**



Quantos livros com representatividade negra você leu com os alunos e alunas nos últimos meses?

POR QUE FALAR SOBRE A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA LITERATURA INFANTIL?

FORTALECER a autoestima das crianças;
COMPREENDER a variedade cultural de nosso país;
PROMOVER o respeito à diversidade;
VALORIZAR personagens e autores(as) negras;
CONSTRUIR identidade positiva das crianças;
INCENTIVAR a produção artística cultural dos alunos e alunas.



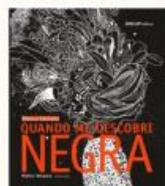
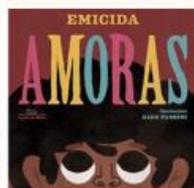
COMO FALAR SOBRE A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA LITERATURA INFANTIL?

A partir de histórias orais e dos livros, assim, faz-se necessário ter como suporte obras infantis que abordem a identidade negra, o racismo e que tenham sido escritas por autores e autoras negras.

VEJAMOS



Sugestões para leitura



TÍTULO	ANO	AUTORIA	RESUMO DA OBRA
O pequeno príncipe preto	2020	Rodrigo França	Em um minúsculo planeta, vive o Pequeno Príncipe Preto. Além dele, existe apenas uma árvore Baobá, sua única companheira. Quando chegam as ventanias, o menino viaja por diferentes planetas, espalhando o amor e a empatia. O texto é originalmente uma peça infantil que já rodou o país inteiro.
Amoras	2018	Emicida	Emicida conta uma história cheia de simplicidade e poesia, que mostra a importância de nos reconhecermos nos pequenos detalhes do mundo.
As Tranças de Minha Mãe	2018	Ana Fátima e Quézia Silveira	Uma história que abre caminhos para o leitor viajar para um universo inserido em significações e afirmação identitária.
Quando me descobri negra	2016	Bianca Santana	Seu tema principal é o racismo estrutural e a obra adota uma perspectiva feminista negra.
Cademo de rimas do João	2015	Lázaro Ramos	O menino João encanta os leitores com rimas espontâneas e temáticas diversas. Ele nos apresenta, de um jeito divertido, os assuntos de um modo mais colorido.
Meu cabelo é de rainha	1999	Bell Hooks	Poema rimado que retrata a beleza e as infinitas possibilidades de penteados do cabelo crespo.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. O direito à Literatura. In: _____. Vários escritos. São Paulo: Duas Cidades, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CUTI, Luiz Silva Literatura negro-brasileira / Cuti – São Paulo: Selo Negro, 2010. – (coleção consciência em debate/coordenada por Vera Lúcia Benedito)

DUARTE, E. A. e FONSECA, M. N. S. (Org.) Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, vol. 4: História, teoria, polêmica.

-----Por um conceito de literatura afro-brasileira. Rassegna iberistica, v. 37, n. 102, 2014. p. 259-279.

FUZA, Ângela Francine; RITTER, Lilian Cristina Buzato. Práticas de leitura/análise linguística com tira em quadrinhos no ensino fundamental: uma proposta didático-pedagógica. In: PEREIRA, Rodrigo Acosta Pereira; COSTA-HÜBES, Terezinha da Conceição [Orgs.]. Prática de análise linguística nas aulas de Língua Portuguesa. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 529p.

LAGARES, Rosilene Pet no Universo Infantil: histórias que ninguém ouviu. Rosilene Lagares. 1. ed. Programa de Educação Tutorial do Curso de Pedagogia do Campus de Palmas da Universidade Federal do Tocantins (PET PedPalmas/UFT). Palmas: Nagô Editora, 2020. ISBN – 978-85-64147-XX-X 1. Leitura. 2. Literatura Infantil. 3. Programa de Educação Tutorial. 4. PET PedPalmas. 5. Ensino, pesquisa e extensão. 6. Trabalho coletivo. 7. UFT
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

<https://www.facebook.com/nanaenilo/>

Apêndice II - Slides do minicurso 2

DIREITO À LITERATURA (AO LIVRO, À LEITURA, À ESCRITA, À LITERATURA E AS BIBLIOTECAS): POR ANTÔNIO CÂNDIDO E NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Duração: 1 h 30 min

Formato: virtual

Participantes: Professores da Escola Odete Carvalho dos Santos-Colinas/TO.

Ministrantes: Alunos do curso de Pedagogia do Programa Extensão PET/PED Palmas-TO

Coordenação: Mestranda Eleny Barbosa

Orientadora: Prof Dra. Rosilene Lagares

Objetivo: Refletir sobre o direito à literatura à luz de Antônio Cândido e legislação brasileira

MINICURSO
 PROJETO DIREITO A LITERATURA / LABORATÓRIO DE METODOLOGIA CIENTÍFICA XIV PET PEDPALMAS (LAMEC XIV)

Direito à literatura - ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas - por Antônio Cândido e na legislação brasileira

31/10/2023
 16:00 às 17:30
 Certificação de 4h
 Local: <https://meet.google.com/tum-xzgf-jyc>

Prof^a Dra. Rosilene Lagares
 Tutora PET PedPalmas
 GapeM/CGSPE, PPGC, PGEA - UFT

Prof^a Mestranda Esp. Eleny Silva
 Barbosa
 GapeM/CGSPE, PPGC - UFT

Petianos PET Pedagogia

Logos: UFT, GapeM, Educação, UFT

DIREITO À LITERATURA (AO LIVRO, À LEITURA, À ESCRITA, À LITERATURA E AS BIBLIOTECAS): POR ANTÔNIO CÂNDIDO E NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Duração: 1 h 30 min

Formato: virtual

Participantes: Professores da Escola Odete Carvalho dos Santos-Colinas/TO.

Ministrantes: Alunos do curso de Pedagogia do Programa Extensão PET/PED Palmas-TO

Coordenação: Mestranda Eleny Barbosa

Orientadora: Prof Dra. Rosilene Lagares

Objetivo: Refletir sobre o direito à literatura à luz de Antônio Cândido e legislação brasileira

MINICURSO
 PROJETO DIREITO A LITERATURA / LABORATÓRIO DE METODOLOGIA CIENTÍFICA XIV PET PEDPALMAS (LAMEC XIV)

Direito à literatura - ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas - por Antônio Cândido e na legislação brasileira

31/10/2023
 16:00 às 17:30
 Certificação de 4h
 Local: <https://meet.google.com/tum-xzgf-jyc>

Prof^a Dra. Rosilene Lagares
 Tutora PET PedPalmas
 GapeM/CGSPE, PPGC, PGEA - UFT

Prof^a Mestranda Esp. Eleny Silva
 Barbosa
 GapeM/CGSPE, PPGC - UFT

Petianos PET Pedagogia

Logos: UFT, GapeM, Educação, UFT

O QUE É INDISPENSÁVEL PARA VOCÊ?



LITERATURA

Da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações.

Manifestação universal de todos os homens em todos os tempos.

Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contacto com alguma espécie de fabulação.

LEGISLAÇÕES DE ACESSO AO LIVRO, À LEITURA E À LITERATURA

1808 - Início do itinerário da Real Biblioteca no Brasil



Primeira referência na legislação o decreto de 27 de junho de 1810 que mandava a Biblioteca Real ser acomodada no Hospital da Ordem Terceira do Carmo - SP, junto com o Gabinete de Instrumentos de Física e Matemática vindo de Lisboa.

Hospital da Ordem Terceira do Carmo, que abrigou a Biblioteca Real em aquartelamento de Thomas Enckes (1793-1876).

1930 - criação do Ministério da Educação

Criação Ministério da Educação ligado ao Ministério da Saúde, sendo denominado Ministério dos Negócios por meio do Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930.

1937 - Instituto Nacional do Livro (INL)

Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937



Getúlio Vargas

LEGISLAÇÕES DE ACESSO AO LIVRO, À LEITURA E À LITERATURA

1980 - "Semana Nacional do Livro e da Biblioteca" e o "Dia do Bibliotecário"



Decreto nº 84.631, de 09/04/1980
Art. 1º Fica instituída a Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, com início a 23 de outubro e término a 29 do mesmo mês, data esta consagrada como o "Dia Nacional do Livro", pela Lei nº 5.191 (2), de 18 de dezembro de 1966.

João Figueiredo

1987 - (PRÓ-LEITURA)

Fundação Nacional Pró-Leitura (PRÓ-LEITURA)
Decreto 95.674, de 27 de janeiro de 1988.
Pertinente a uma das primeiras políticas públicas do país.



José Sarney

LEGISLAÇÕES DE ACESSO AO LIVRO, À LEITURA E À LITERATURA

Lei Rouanet

Lei 8.313/91. F. Collor. Cria mecanismo de incentivo fiscal que permite a destinação de parte do imposto de renda a projetos culturais, incluindo aqueles relacionados a livros de valor artístico, literário ou humanístico.

Sérgio Paulo Rouanet

Lei de Direitos Autorais

Lei 9.610/98. Regula direitos autorais no Brasil, protegendo os direitos dos criadores de obras literárias, incluindo os livros e define as regras para reprodução, distribuição e comercializações destas obras..

Fernando Henrique Cardoso

LEGISLAÇÕES DE ACESSO AO LIVRO, À LEITURA E À LITERATURA

Política Nacional do Livro

Lei 10.753/03. Institui a Política Nacional do Livro visando assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito ao acesso e uso do livro, tendo como uma de suas diretrizes o fato de ser, o livro, o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento.

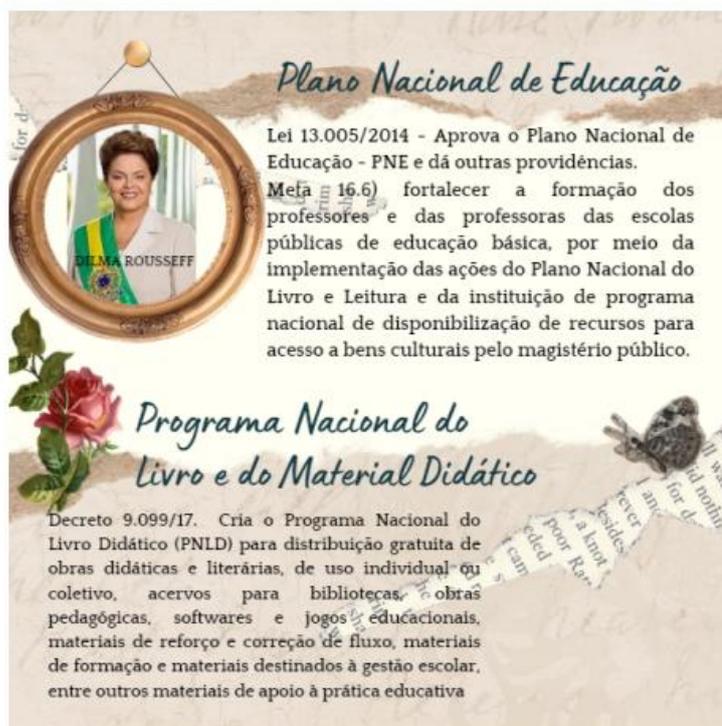
Lula

Lula Universalização das bibliotecas

Lei 12.244/10. Torna obrigatória a biblioteca em todas as instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País. Sendo obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado.

Lula

LEGISLAÇÕES DE ACESSO AO LIVRO, À LEITURA E À LITERATURA



Plano Nacional de Educação

Lei 13.005/2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

Meça 16.6) fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

Programa Nacional do Livro e do Material Didático

Decreto 9.099/17. Cria o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para distribuição gratuita de obras didáticas e literárias, de uso individual ou coletivo, acervos para bibliotecas, obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros materiais de apoio à prática educativa

LEGISLAÇÕES DE ACESSO AO LIVRO, À LEITURA E À LITERATURA



Política Nacional de Leitura e Escrita

Michel Temer

Lei 13.696/18. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil.

Essa lei reconhece a leitura e a escrita como um direito, a fim de possibilitar a todos, inclusive por meio de políticas de estímulo à leitura, as condições para exercer plenamente a cidadania, para viver uma vida digna e para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa;

LEGISLAÇÕES DE ACESSO AO LIVRO, À LEITURA E À LITERATURA

*Política Nacional de
Leitura e Escrita*



Michel Temer

Lei 13.696/18. Institui a a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil.

Essa lei reconhece a leitura e a escrita como um direito, a fim de possibilitar a todos, inclusive por meio de políticas de estímulo à leitura, as condições para exercer plenamente a cidadania, para viver uma vida digna e para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa:

LEGISLAÇÕES DE ACESSO AO LIVRO, À LEITURA E À LITERATURA



Constituição da Republica Federativa do Brasil

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

DIREITO À LITERATURA (AO LIVRO, À LEITURA, À ESCRITA, À LITERATURA E AS BIBLIOTECAS): POR ANTÔNIO CÂNDIDO E NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Direitos humanos e literatura



Mas será que o seu semelhante pobre teria direito a ler Dostoievski ou ouvir os quartetos de Beethoven?

o próximo tem direito, sem dúvida, a certos bens fundamentais, como casa, comida, instrução, saúde...

pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo.

Quem acredita nos direitos humanos procura transformar a possibilidade teórica em realidade, empenhando-se em fazer coincidir uma com a outra.

DIREITO À LITERATURA (AO LIVRO, À LEITURA, À ESCRITA, À LITERATURA E AS BIBLIOTECAS): POR ANTÔNIO CÂNDIDO E NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA



"Oh! Bendito o que semeia
Livros... livros à mão-cheia...
E manda o povo pensar!
O livro caindo n'alma
É gérmen — que faz a palma,
É chuva — que faz o mar."

Castro Alves
(1847-1871)



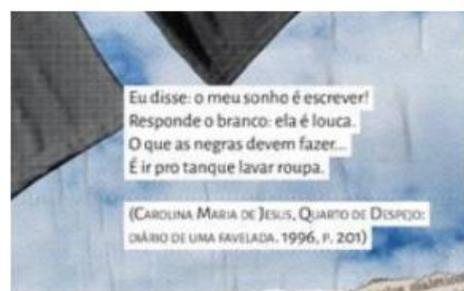
Recanto
DA LITERATURA

DIREITO À LITERATURA (AO LIVRO, À LEITURA, À ESCRITA, À LITERATURA E AS BIBLIOTECAS): POR ANTÔNIO CÂNDIDO E NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

POR FIM...

A luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis da cultura;

Um sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito unilateral.



REFERÊNCIAS

BELO, Roberto. (2016). Políticas públicas de incentivo ao livro, leitura e literatura. Cadernos de Letras da UFF, n. 52, p. 183-203, 2016

BRASIL. Lei n.º 10.753, de 30 de outubro de 2003, Institui a Política Nacional do Livro. Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.753.htm. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992. Institui O Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER e dá outras providências. Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0519.htm. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/SEB, 2017.

CÂNDIDO, Antonio. O direito à Literatura. In: _____. Vários escritos. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13696-12-julho-2018-786975-publicacaooriginal-156036-pl.html> acesso em 20 de agosto de 2023.

Apêndice III - Slides do minicurso 3

FORMAÇÃO DE LEITORES LITERÁRIOS

Duração: 1 h 30 min

Formato: virtual

Participantes: Professores da Escola Odete Carvalho dos Santos-Colinas/TO.

Ministrantes: Alunos do curso de Pedagogia do Programa Extensão PET/PED Palmas-TO

Coordenação: Mestranda Eleny Barbosa

Orientadora: Prof Dra. Rosilene Lagares

Objetivo: Refletir sobre Letramento Literário à luz de Rildo Cosson.



FORMAÇÃO DE LEITORES LITERÁRIOS

Por Rildo Cosson

Como promover a leitura literária em um mundo em que as novas tecnologias como internet, televisão, celular competem e dividem a atenção e o interesse dos alunos?



SOBRE O AUTOR



Rildo Cosson é doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em Educação pela Universidade Federal de Minas. É autor de diversos livros, entre os quais *Letramento literário: teoria e prática*.

A LITERATURA E O MUNDO

A prática da literatura, seja pela leitura, seja pela escritura, consiste exatamente em uma exploração das potencialidades da linguagem, da palavra e da escrita, que não tem paralelo em outra atividade humana. Por essa exploração, o dizer o mundo (re)construído pela força da palavra, que é a literatura, revela-se como uma prática fundamental para a constituição de um sujeito da escrita. p. 16)



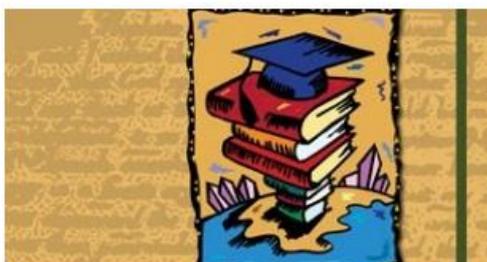
A LITERATURA ESCOLARIZADA

A questão a ser enfrentada não é se a escola deve ou não escolarizar a literatura, como bem nos alerta Magda Soares, mas sim como fazer essa escolarização sem descaracterizá-la, sem transformá-la em um simulacro de si mesma que mais nega do que confirma seu poder de humanização (p.23)



AULA DE LITERATURA: O PRAZER SOB CONTROLE?

É justamente para ir além da simples leitura que o letramento literário é fundamental no processo educativo. Na escola, a leitura literária tem a função de nos ajudar a ler melhor, não apenas porque possibilita a criação do hábito de leitura ou porque seja prazerosa, mas sim, e sobretudo, porque nos fornece como nenhum outro tipo de leitura faz, os instrumentos necessários para conhecer e articular com proficiência o mundo feito linguagem (p. 30).



DIALOGANDO COM OUTROS TEXTOS

A literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. (Cândido 2011 in COSSON 2009)

Não há como evitar que a literatura, qualquer literatura, não só a literatura infantil e juvenil, ao se tornar “saber escolar”, se escolarize, e não se pode atribuir, em tese, [...] conotação pejorativa a essa escolarização, inevitável e necessária; não se pode criticá-la, ou negá-la, porque isso significaria negar a própria escola [...]. O que se pode criticar, o que se deve negar não é a escolarização da literatura, mas a inadequada, a errônea, a imprópria escolarização da literatura, que se traduz em sua deturpação, falsificação, distorção, como resultado de uma pedagogização ou uma didatização mal compreendidas que, ao transformar o literário em escolar, desfiguram, desvirtuam-o, falseiam-o. (SOARES, 2001 in COSSON 2009)



COMO PROMOVEMOS A LEITURA

- 1-Motivação
- 2-Introdução
- 3-Leitura
- 4- Interpretação
- 5- Aprofundamento (intertextualidade)



Apêndice IV- Slides do minicurso 4

Minicurso: A importância da leitura literária na constituição identitária dos aprendizes

Duração: 1h 30

Formato: híbrido

Participantes: professores da Escola Odete Carvalho dos Santos (Colinas-TO) e alunos de pedagogia/ PET (curso de extensão) da UFT Palmas.

Objetivo: compreender a leitura literária como importante contribuição para a constituição identitária dos alunos, fortalecendo assim p seu papel dentro e fora do contexto escolar.

Coordenação: Profª Eleny Barbosa

Orientação: Prof. Drª Rosilene Lagares

The slide is titled 'MINICURSO' and is part of the 'PROJETO DIREITO A LITERATURA / LABORATÓRIO DE METODOLOGIA CIENTÍFICA XIV PET PEDPALMAS (LAMECI XIV)'. The main title is 'A IMPORTÂNCIA DA LEITURA LITERÁRIA NA CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DOS APRENDIZES'. It features two speakers: Prof.ª Dra. Rosilene Lagares, Tutora PET, and Prof.ª Mestranda Esp. Eleny Silva Barbosa. The date is 14/11/2023, from 16:00 to 17:00. There is a certification of 4h. The location is a Google Meet link: https://meet.google.com/woe-pjty-hcd. Logos for UFT Palmas, GopeEM, and Educação are at the bottom.

ContranarcisoPaulo Leminski

em mim
 eu vejo
 o outro
 e outro
 enfim dezenas
 trens passando
 vagões cheios de gente centenas
 o outro
 que há em mim
 é você
 você
 e você

assim como
 eu estou em você
 eu estou nele
 em nós
 e só quando
 estamos em nós estamos
 em paz mesmo que
 estejamos a sós

“Em mim eu vejo o outro”

A experiência literária não só nos permite saber da vida por meio da experiência do outro, como também vivenciar essa experiência. Ou seja, a ficção feita palavra na narrativa e a palavra feita matéria na poesia são processos formativos tanto da linguagem quanto do leitor e do escritor.

A importância da literatura negra infanti

Temática Autoria
Ponto de vista
Linguagem
Público

Direito à literatura (ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas)

direito à literatura é uma necessidade social justamente porque colabora para a formação cidadã.

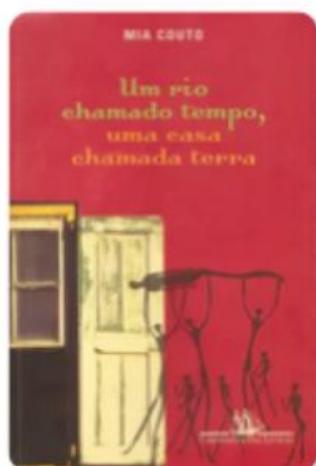
Formação de leitores literários

O ensino da Literatura como uma prática significativa para professores e alunos.

A importância da leitura literária na constituição identitária dos aprendizes

acesso a literaturas que abordem variados costumes, culturas, estéticas, e os diferentes modos de ser e estar no mundo.

A importância da leitura literária na constituição identitária dos aprendizes



"Eis o que eu aprendi nesses vales onde se afundam os poentes: afinal, tudo são luzes e a gente se acende é nos outros. A vida é um fogo, nós somos suas breves." incandescências.

Marianinho/ Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra

Memórias...

Que histórias lidas, ouvidas ou contadas em sua trajetória escolar marcaram sua vida?

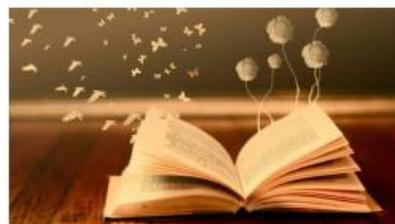
Compartilhando Experiências

Momento em que os **professores participantes** poderão compartilhar experiências com leitura literária desenvolvidas em sala de aula.



AGRADECIMENTOS FINAIS

Agradecemos a todos os participantes que se fizeram presentes ao longo dos minicursos **“Direito à Literatura”** realizado pelo grupo Pet PedPalmas sob a coordenação da Mestranda Profa. Esp. Eleny Barbosa e Dra. Rosilene Lagares. Estamos muito felizes com o resultado. Foi uma experiência incrível para todos nós. Esperamos ter contribuído e disseminado em vocês a sementinha da nossa paixão pela leitura e literatura na prática educativa formal.



Lembremos: A leitura abre o mundo aos sentidos do leitor. E a leitura literária oferece ao leitor a oportunidade de abrir-se para todos os sentidos do mundo.



Um pouquinho de nossos encontros

